

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO

ANA PAULA DE REZENDE

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DO DIREITO EM PERIÓDICOS
CIENTÍFICOS BRASILEIROS
CLASSIFICADOS NO QUALIS/CAPES A1 NO PERÍODO DE 2017-2020**

Belo Horizonte

2024

ANA PAULA DE REZENDE

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DO DIREITO EM PERIÓDICOS
CIENTÍFICOS BRASILEIROS
CLASSIFICADOS NO QUALIS/CAPES A1 NO PERÍODO DE 2017-2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para obtenção do grau de Mestre

Área de concentração: Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Arquitetura & Organização do Conhecimento (AOC)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marlene Oliveira Teixeira de Melo

BELO HORIZONTE

2024

R467a

Rezende, Ana Paula de.

Análise da produção científica da área do Direito em periódicos científicos brasileiros classificados no Qualis/Capes A1 no período de 2017-2020 [recurso eletrônico] / Ana Paula de Rezende. - 2024.

1 recurso online (103 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Marlene Oliveira Teixeira de Melo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 80-88.

Apêndice: f. 89-103.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Direito - Periódicos - Teses. 3. Comunicação na ciência - Teses. 4. Pesquisa – Teses. I. Melo, Marlene Oliveria Teixeira de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 002:311

Ficha catalográfica. Vanessa Marta de Jesus - CRB/6-2419

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGGOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DO DIREITO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS CLASSIFICADOS EM A1 NO QUALIS/CAPES NO PERÍODO DE 2017-2020

ANA PAULA DE REZENDE

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 09 de maio de 2024, por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo (Orientadora)
Aposentada/UFMG

Prof(a). Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan
ECI/UFMG

Prof(a). Ester Camila Gomes Norato Rezende
Faculdade de Direito/UFMG

Prof(a). Marina Cajaíba da Silva Horta
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 09 de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Oliveira Teixeira de Melo, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Cajaiba da Silva Horta, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ester Camila Gomes Norato Rezende, Professora do Magistério Superior**, em 25/07/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3224408** e o código CRC **5E69401A**.

Referência: Processo nº 23072.225207/2024-22

SEI nº 3224408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA

ANA PAULA DE REZENDE

Realizou-se, no dia 09 de maio de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DO DIREITO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS CLASSIFICADOS EM A1 NO QUALIS/CAPES NO PERÍODO DE 2017-2020*, apresentada por ANA PAULA DE REZENDE, número de registro 2021698461, graduada no curso de BIBLIOTECONOMIA/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Aposentada/UFMG (Orientadora), Prof(a). Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan - ECI/UFMG, Prof(a). Ester Camila Gomes Norato Rezende - Faculdade de Direito/UFMG, Prof(a). Marina Cajaíba da Silva Horta - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Oliveira Teixeira de Melo, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Cajaiba da Silva Horta, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ester Camila Gomes Norato Rezende, Professora do Magistério Superior**, em 25/07/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3224259** e o código CRC **033AD6B4**.

Referência: Processo nº 23072.225207/2024-22

SEI nº 3224259

AGRADECIMENTOS

À Deus,

À minha família, em especial aos meus pais, Moacir e Maria Helena (*in memoriam*), meus irmãos e familiares, meu esposo Ary e meu filho Arthur,

À minha orientadora, professora Doutora Marlene Oliveira,

Aos professores membros da banca,

Aos colegas da pós-graduação, em especial aos que estiveram presentes em cada etapa deste processo, aos professores e funcionários do Programa PPGGOC e à equipe da Biblioteca da ECI,

À Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG,

À Coordenação de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior - CAPES,

E a todos que, de alguma forma, cruzaram meu caminho nesta jornada e colaboraram para a realização deste sonho,

Muito obrigada!

“Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos.”

(Albert Einstein).

RESUMO

A análise da produção científica permite conhecer melhor todas as áreas do conhecimento. Ela subsidia tomadas de decisões sobre o crescimento e as tendências do contexto analisado, por meio da medição do registro e da difusão do conhecimento. Em relação à área do Direito, ainda são incipientes os estudos sobre sua produção científica. Em face disso, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar a produção científica da área do Direito veiculada em periódicos científicos brasileiros, a partir das revistas elencadas na plataforma de dados Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no último quadriênio (2017 a 2020), considerando o estrato QUALIS A1. Essa pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa, utilizando técnicas bibliométricas e estatística descritiva para mensuração da produtividade da literatura no campo do Direito. Foram encontradas 353 revistas, das quais 10 atenderam aos critérios após a aplicação dos filtros determinados como critérios de inclusão: oriundos de programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, ou seja, Mestrado e Doutorado em Direito no Brasil, cujo conteúdo seja de acesso livre. Optou-se por realizar a coleta dos dados (título, autor e coautor, ano de publicação, temática, palavras-chave) diretamente no endereço eletrônico das revistas, sendo transcritos e tratados em planilhas no programa Excel, chegando a 1.342 artigos analisados. Como resultado tem-se que a maior concentração dos títulos das revistas selecionadas estão nos programas das regiões Sul (40%) e Sudeste (40%). Foram encontradas 5.518 palavras-chave que derivam de 3.609 distintas, de modo que 81,82% das delas aparecem somente uma vez e a maior frequência é referente à temática da teoria do Direito. Quanto à autoria, identificou-se que a área jurídica tem uma preferência pela publicação em duplas ou em parceria com poucos autores, especialmente quando comparadas à área de Ciências Naturais. Os dados mostram que os pesquisadores desse campo publicam pouco, sendo que, após a aplicação da Lei de Lotka, ficou evidente a falta de solidez da área em relação à publicação de artigos científicos. Considera-se que o comportamento da publicação da área do Direito no escopo definido, caracteriza-se por uma concentração geográfica de produção do conhecimento do Direito nas regiões Sul e Sudeste. Percebe-se uma dispersão da produtividade em relação aos temas pesquisados. Ressalta-se uma característica específica da área do Direito em relação às publicações científicas ao considerarmos as publicações técnicas. Com isso, apontam uma fragilidade na questão dos critérios e do rigor científico como a metodologia e a revisão por pares. Outro aspecto identificado na pesquisa foi a falta de critério na escolha das palavras-chaves para melhor acesso às temáticas pesquisadas, o que evidencia a não utilização de vocabulário controlado pelos periódicos da área. Os resultados traduzem que, apesar dos esforços da área e do crescimento da quantidade de publicações, ainda é necessário o aperfeiçoamento da produção científica em artigos no Direito.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Produção Científica. Periódicos Científicos do Direito.

Abstract

The analysis of scientific production allows us to better understand all areas of knowledge. It supports decision-making on the growth and trends of the analyzed area, by measuring the registration and dissemination of knowledge. Regarding the area of Law, studies on its scientific production are still incipient. In this context, the general objective of this research was to analyze the scientific production in the area of Law, published in Brazilian scientific journals, based on the journals listed in the Sucupira data platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the last four years (2017 to 2020), considering the QUALIS A1 stratum. This research is characterized as descriptive and exploratory, with a quantitative approach, using bibliometric techniques and descriptive statistics to measure the productivity of literature in the field of Law. A total of 353 journals were found, of which 10 met the criteria after applying the filters determined as inclusion criteria: originating from *stricto sensu* postgraduate programs with master's and doctorate degrees in Law in Brazil, whose content is freely accessible. It was decided to collect the data (title, author and co-authorship, year of publication, theme, keywords) directly from the journals' electronic address, which were transcribed and processed in Excel spreadsheets, resulting in 1,342 articles analyzed. As a result, it was found that the largest concentration of titles of the selected journals are in programs from the South (40%) and Southeast (40%) regions. A total of 5,518 keywords were found, which derive from 3,609 different ones, so that 81.82% of the keywords appear only once and the highest frequency of keywords refers to the theme of legal theory. Regarding authorship, it was identified that the legal field has a preference for publishing in pairs or in partnership with few authors, especially when compared to the natural sciences. The data show that researchers in the field publish little and, therefore, after applying Lotka's Law, the lack of solidity of the field in relation to the publication of scientific articles became evident. It is considered that the behavior of publication in the field of Law within the defined scope is characterized by a geographic concentration of production of knowledge on Law in the South and Southeast regions. A dispersion of productivity in relation to the researched topics is perceived. A specific characteristic of the field of Law in relation to scientific publications is highlighted when considering technical publications. With this, they point out a weakness in the issue of criteria and scientific rigor such as methodology and peer review. Another aspect identified in the research was the lack of criteria in the choice of keywords for better access to the researched topics. This highlights the non-use of controlled vocabulary by the journals in the field. The results show that despite the efforts in the field and the growth in the number of publications, there is still a need to improve scientific production in articles in Law.

Keywords: Information Science. Scientific production. Scientific Journals of Law.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Critérios de Pesquisa na Plataforma Sucupira	51
FIGURA 2 - Bases de dados que indexam os periódicos selecionados	56
FIGURA 3 - Palavras-chaves mais frequentes nos periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Autores e quantidades de artigos por ano nos Periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	59
TABELA 2 -	Autores mais produtivos e origem institucional Periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	60
TABELA 3 -	Autores por frequência em publicação	61
TABELA 4 -	Distribuição dos autores por participação	62
TABELA 5 -	Ranking das IES como instituições de origem mais citadas nos artigos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	63
TABELA 6 -	Frequência das IES de origem dos autores	65
TABELA 7 -	Países das Instituições de origem dos autores dos Periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	66
TABELA 8 -	Instituições de origem dos Autores mais produtivos	68
TABELA 9 -	Maior e Menor Frequência das Palavras-chaves	69
TABELA 10 -	Frequência das Palavras-chaves nos periódicos selecionados Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	70
TABELA 11 -	Palavras-chaves mais recorrentes nos artigos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	70
TABELA 12 -	Quantidade de artigos publicados por ano	74
TABELA 13 -	Publicações por periódico e por ano	74
TABELA 14 -	Produtividade dos periódicos por região Qualis/CAPES A1 (2017-2020)	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Diferenças entre os elementos formais e informais	26
QUADRO 2 -	Leis e Princípios Bibliométricos na CI	35
QUADRO 3 -	Ramificações do Direito Público e Privado	37
QUADRO 4 -	Resumo da estratégia de busca	52
QUADRO 5 -	Periódicos selecionados	55
QUADRO 6 -	Caracterização dos periódicos Qualis A1 (2017-2020)	57

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEUB	Centro Universitário de Brasília
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSH	Ciências Sociais e Humanas
ECI	Escola Ciência da Informação
FDV	Faculdade de Direito de Vitória
FGV	Fundação Getulio Vargas
FGV Direito Rio	Fundação Getúlio Vargas
FGV Direito SP	Fundação Getúlio Vargas
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
IDP	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
IES	Instituição de Ensino Superior
IMED	Faculdade Meridional
NEJ	Novos Estudos Jurídicos
OJS	Open Journal Systems
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Políticos
RDA	Revista de Direito Administrativo
RDP	Revista de Direito Público
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UCB	Universidade Católica de Brasília
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
Ufersa	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIMAR	Universidade de Marília
UniRitter	Centro Universitário Ritter dos Reis
Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul
Unisinós	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Univali	Universidade do Vale do Itajaí
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 PROBLEMA/ JUSTIFICATIVAS.....	19
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo geral.....	21
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	23
2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	24
2.2.1 Os canais informais e formais da comunicação científica.....	26
2.2.2 Periódicos científicos	27
2.3 NOTAS SOBRE A BIBLIOMETRIA.....	32
2.4 ENTENDIMENTOS SOBRE A ÁREA DO DIREITO	36
2.4.1 O Direito e as subdisciplinas.....	37
2.4.2 A produção doutrinária do Direito	38
2.4.3 A pesquisa científica no Direito.....	40
2.5 ESTUDOS CORRELATOS.....	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 A ESCOLHA PELA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES.....	49
3.2 TIPO DE PESQUISA	50
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA.....	50
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	50
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	52
4 ANÁLISES E RESULTADOS.....	54
4.1 TÍTULOS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS	54
4.2 AUTORIA E COAUTORIA.....	59
4.3 ORIGEM INSTITUCIONAL DO AUTOR	63

4.4 PALAVRAS-CHAVE	69
4.5 ANO DE PUBLICAÇÃO	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – TÍTULOS DOS PERIÓDICOS NA PLATAFORMA SUCUPIRA COM CRITÉRIOS QUALIS A1 - DIREITO (2017-2020)	89
APÊNDICE B – TÍTULOS DOS PERIÓDICOS SELECIONADOS NACIONAIS COM FOCO EM DIREITO - QUALIS A1 (2017-2020)	96
APÊNDICE C – AUTORES MAIS PRODUTIVOS NOS PERIÓDICOS SELECIONADOS QUALIS A1 (2017-2020)	97
APÊNDICE D – PALAVRAS-CHAVE MAIS RECORRENTES NOS ARTIGOS PESQUISADOS COM FREQUÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 5 VEZES.....	101

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica é fundamental na construção de conhecimentos em todos os campos científicos. Autores como Garvey (1979) e Meadows (1999) afirmam ser ela o coração da Ciência. Ela se divide em uma porção informal e outra formal, reunindo, em cada uma das partes, caracterizações diferenciadas.

O sistema de comunicação que envolve o processo de pesquisa é comumente disseminado em reuniões, conferências e finaliza em periódicos científicos, teses, dissertações, capítulos de livros, anais de congressos e livros.

É necessário que a comunicação científica ocorra, como afirmam os autores Garvey (1979), Meadows (1999) e Mueller (2006) para a promoção do avanço da Ciência, em seu desenvolvimento mais pleno, principalmente na avaliação de pares. Vários pesquisadores, em muitos momentos, trabalham o mesmo assunto, e os resultados são publicados rapidamente em periódicos científicos, havendo, portanto, a necessidade de avaliação dessas pesquisas.

Os periódicos científicos apresentam características e políticas individuais. Passam por critérios de qualidade para ingressar em bases e portais dos nacionais e internacionais para cumprir seus objetivos e, assim, tornam-se referências essenciais para pesquisadores em qualquer área do conhecimento.

No Brasil, a área do Direito no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reúne a produção científica gerada no âmbito dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* disseminada em livros e periódicos científicos. Historicamente, o livro foi preferência na área do Direito, ou seja, o meio de disseminação mais utilizado. Já em relação aos artigos científicos, os estudos ainda são incipientes na área do Direito (Velho, 1997; Nobre, 2009; Araújo; Miguel, 2017; CAPES, 2019).

1.1 PROBLEMA/ JUSTIFICATIVAS

O estudo da produção científica em qualquer área pode tornar-se um ponto de reflexão para a área, assim como medidas e comportamentos dessa produção podem ser importantes para políticas públicas. Assim, nesse diapasão, Mueller (1995) afirma que a literatura de um assunto é tão importante quanto a própria pesquisa, pois ela não estaria completa se seus resultados não fossem divulgados.

Apesar de o curso de Direito vir desde a Lei do Império (1827), no âmbito da Universidade de São Paulo, e em sua concepção moderna desde 1969, em conformidade com o Parecer Sucupira (1977/1965) (Brasil, 2019), constata-se que houve uma lentidão das faculdades de Direito no Brasil em comparação às demais áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Algumas questões da produção científica, somadas a algumas características e peculiaridades da área podem ter influenciado essa morosidade. O pesquisador Marcos Nobre (2009) em estudo realizado em 2002, apontou algumas:

- uma indistinção entre teoria, prática e ensino jurídico no país;
- um certo afastamento inicial da disciplina do Direito das demais áreas das Ciências Sociais Aplicadas, considerando ser uma das mais antigas do país.

Outros autores (Torres; Almeida, 2013; Spera; Mugnaini, 2017; Araújo; Miguel, 2021), a partir desse fato, apontaram também a questão de que alguns tipos de documentos jurídicos (como o parecer) reforçarem essa fragilidade. Fizeram-no sob a constatação de que a área jurídica tem um grande volume de informações, com características específicas e com inter-relações entre as suas fontes de informação jurídica (Passos; Barros, 2009; Torres; Almeida, 2013).

Observa-se a importância dos periódicos científicos em face de as Universidades e os Programas de Pós-Graduação serem instruídos a disseminar o conhecimento resultante das pesquisas de seus docentes e discentes publicados dessa maneira. Isso é o bastante para constatarmos, objetivamente, um importante acesso da comunidade científica para reflexão, refutação, aceitação e contribuição para o avanço do conhecimento nas diferentes áreas da Ciência (Velho, 1997; Araújo; Miguel, 2017).

A análise da produção científica de uma área científica permite um diagnóstico das reais potencialidades de um determinado grupo e/ou instituição (Vanti, 2002). Assim, é possível identificar e propor ações que visam incentivar e ampliar o melhoramento dos periódicos e, conseqüentemente da produção científica.

Conforme o exposto acima, questiona-se:

- Como se comporta a produção científica da área do Direito veiculada nos periódicos científicos brasileiros da plataforma Sucupira/CAPEs, no último quadriênio avaliado pela Qualis (2017-2020) no conceito A1?

A escolha das revistas científicas classificadas pelo conceito Qualis/CAPES A1 como critério deve-se ao fato de carregar seu maior peso no sistema de avaliação da CAPES, instituição que coordena e avalia os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* no Brasil. Assim, como a pesquisa científica ocorre mais intensamente naqueles programas, a CAPES, para auxiliá-los, criou o Qualis, que é um instrumento para filtrar e reunir os títulos de periódicos científicos considerados os mais qualificados.

Esse estudo, além de ajudar na pesquisa e na publicação de periódicos, justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de ampliação dos conhecimentos na área da Ciência da Informação - CI sobre análise de produção científica em diferentes áreas do conhecimento.

Considera-se também que a área do Direito tem impacto na sociedade e há a necessidade de aumentar a frequência de estudos científicos sobre a análise da sua produção científica.

1.2 OBJETIVOS

Este estudo pretende atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a produção científica da área do Direito em periódicos científicos brasileiros classificados como CAPES/QUALIS A1 na base de dados Sucupira/CAPES, durante o quadriênio 2017-2020.

1.2.2 Objetivos específicos

1) Levantar os títulos de periódicos nacionais na área do Direito, no período estudado 2017-2020 pelo estrato CAPES/QUALIS A1;

2) Identificar a produção científica publicada pelos pesquisadores da área do Direito em periódicos classificados no estrato CAPES/ QUALIS A1, no quadriênio 2017-2020.

3) Identificar os autores mais produtivos na área do Direito, no período estudado;

4) Levantar as principais temáticas abordadas pelos pesquisadores e seus artigos;

5) Identificar os programas de pós-graduação que editam os periódicos científicos mais produtivos.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. Uma introdução à pesquisa é apresentada neste primeiro capítulo, delineando um panorama do desenvolvimento, incluindo o problema, a justificativa e os objetivos.

O capítulo 2 compreende a fundamentação teórica. Nele são apresentadas as bases teóricas que são a Ciência da Informação, a Comunicação Científica, notas sobre a Bibliometria, os entendimentos sobre a área do Direito e os estudos correlatos.

O capítulo 3 apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, os instrumentos para a coleta dos dados e as categorias utilizadas para análise dos dados.

O capítulo 4 reúne a análise dos dados e a discussão dos resultados da pesquisa, apresentando-as por meio de gráficos, quadros e tabelas.

E, por fim, o capítulo 5 refere-se às considerações finais e às sugestões de estudos para aprofundamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Borko (1968) definiu a Ciência da Informação como:

[...] a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação (BORKO, 1968, p. 3).

Para Wersig e Neveling (1975), a Ciência da informação - CI é uma área recente que não se desenvolveu a partir de outros campos de estudo nem da junção de dois campos, mas tem como raiz, a denominada “documentação” e a “recuperação da informação”.

Saracevic (1996) apresenta um conceito para a CI que vai além das questões teóricas:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (Saracevic, 1996, p. 47).

Para Saracevic (1996), a explosão da informação que surgiu após a Segunda Guerra desencadeou o desenvolvimento de várias áreas científicas e, também, da Ciência da Informação.

Já Hjørland (1997) afirma que a CI apresenta fraco nível teórico com fundamentos incertos, ou seja, necessita de maior clareza sobre seu domínio de competência, objetivos e métodos. Apesar da Ciência da Informação contar com literatura abundante sobre diferentes enfoques conceituais de seu objeto de estudo, de seus métodos e abrangência, não conta ainda, com uma base teórica consolidada (Hjørland, 1997).

Corroborando essa opinião, Oliveira (2001, p.143) diz que "um dos desafios que hoje se apresenta para a Ciência da Informação é o de desenvolver capacidade de refletir e teorizar sobre suas práticas para, assim, construir conhecimentos teóricos." Isso quer dizer que a CI é uma área jovem, precisa elaborar teorias e fundamentos para se fortalecer enquanto ciência. É preciso lembrar que, para a

consolidação de uma área científica, são necessários muitos estudos e pesquisas para aprofundamento de suas teorias.

Depois que o termo LIS - Library Information Science (LIS) surgiu na Universidade de Pittsburgh, na década de 1960, conforme revela Hjørland (2018), adicionando, assim, Ciência da Informação ao seu nome Graduate Library School, várias escolas e bibliotecas americanas e no mundo, na citada década, fizeram o mesmo (Hjørland, 2018, p. 233).

Hjørland (2018) acrescenta ainda que tal modificação na nomenclatura tenha sido talvez motivada por uma ênfase crescente na aplicação de novas tecnologias eletrônicas e informáticas.

Já no Brasil, na década de 1970, foi criado o primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD, hoje denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Após essa criação, outras escolas de Biblioteconomia no país passaram a ensinar conteúdos da Ciência da Informação.

Esses avanços da tecnologia potencializaram a criação dos periódicos científicos nas diversas áreas do conhecimento, tornando a Comunicação Científica um campo de estudos importante, que envolve pesquisa sobre os processos de produção, disseminação, organização, recuperação e uso da informação.

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Conforme Meadows (1999), a comunicação científica faz parte do processo de construção de conhecimentos, da interação e da troca entre pesquisadores.

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica (Meadows, 1999, p.vii).

A comunicação, como esclarece Garvey (1979, p.ix, tradução nossa) em seu livro *Communication: the essence of science*, é “[...] o espectro completo de atividades associadas com a produção, difusão e uso de informações desde que o

cientista tem uma ideia para sua pesquisa até as informações sobre os resultados desta pesquisa serem aceitas como um componente do conhecimento científico.” É por meio da comunicação que, segundo o autor, a ciência se realiza, desde a formulação do problema de pesquisa até a apresentação dos resultados. Quando o autor comunica os resultados de uma pesquisa, ele torna público o esforço de produção, tornando conhecido e reconhecido, fortalecendo a ciência.

Mueller (2007, p.128) afirma que "a comunicação científica desempenha papel central na ciência", referindo-se aqui ao resultado de uma pesquisa que deve ser validado por outros pesquisadores da mesma área antes de ser publicado.

Para tanto, as funções da comunicação na ciência, sistematizadas por Menzel (1994, apud Kaplan, Storer, 1968) são:

- a) fornecer respostas a perguntas específicas;
- b) concorrer para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
- c) estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- d) divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;
- e) testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- f) redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- g) fornecer feedback para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

Em seu livro “Conhecimento Público”, Ziman (1979) apresenta o objetivo e a meta da ciência e esclarece a importância das relações sociais que abrangem a ciência como conhecimento público. O autor defende que "o objetivo da ciência não é apenas adquirir informação, nem enunciar postulados indiscutíveis; sua meta é alcançar um consenso racional que abranja o mais vasto campo possível” (Ziman, 1979, p.2). Neste ponto o conhecimento público encontra-se com a comunicação científica visando ao amadurecimento de áreas científicas.

Conforme Meadows (1999), a comunicação científica faz parte do processo de construção de conhecimentos e da interação e troca entre pesquisadores. Esse movimento é fundamental na geração de novos conhecimento, seja na comunicação informal ou formal.

2.2.1 Os canais informais e formais da comunicação científica

Durante todo o processo de investigação científica, o pesquisador entra em contato com pelo menos dois sistemas de comunicação que se resumem em canais informais e formais, cuja divisão, segundo Meadows (1999) esses, não implica isolamento das partes.

Conforme Christóvão (1979), no sistema de comunicação informal estão incluídos os contatos interpessoais, os telefonemas, as cartas trocadas entre cientistas, as visitas interinstitucionais, as reuniões científicas (desde os congressos internacionais até pequenas reuniões de grupos locais). E hoje acrescentam-se os blogs, e-mails etc.

Os canais formais representam a formalização da Ciência e têm aspectos mais abrangentes (Ziman, 1979; Le Coadic, 1996; Meadows, 1999). Por meio dos canais formais tem-se ampla disseminação e reconhecimento da investigação científica executada. São conhecimentos registrados em periódicos científicos, livros, anais de congresso e outros canais formais. O processo de formalização dos resultados de pesquisa abriga os movimentos de identificação do cientista e sua legitimação pelo conhecimento produzido por meio da avaliação de pares.

Os dois canais são essenciais para a ciência. Le Coadic (1996, p. 34) aponta, no quadro 1, algumas diferenças entre os elementos de comunicação formal e informal, onde observam-se pontos que podem ser positivos ou negativos dependendo do contexto para seu uso.

QUADRO 1 – Diferenças entre os elementos formais e informais

ELEMENTO FORMAL	ELEMENTO INFORMAL
Pública (audiência potencial importante)	Privada (Audiência restrita)
Informação armazenada de forma permanente, recuperável	Informação em geral não armazenada, irrecuperável
Informação relativamente velha	Informação recente
Informação comprovada	Informação não comprovada
Disseminação uniforme	Direção do fluxo escolhido pelo produtor
Redundância moderada	Redundância às vezes muito importante
Ausência de interação direta	Interação direta

Fonte: Le Coadic, 1996, p. 36.

Cada canal tem, em determinado momento, seu papel fundamental, por isso não se pode atribuir diferença de valor a nenhum deles. Velho (1997) destaca questões sobre as motivações para os diferentes usos desses canais e o público ao qual cada um se relaciona.

Dentre os canais formais, interessam a este estudo os periódicos científicos, tópico tratado na próxima subseção.

2.2.2 Periódicos científicos

Os periódicos científicos são importantes canais formais de comunicação científica, que registram e apresentam os resultados das pesquisas em andamento de forma sistematizada e validada pela comunidade científica, contribuindo para o progresso da pesquisa e, conseqüentemente, para o avanço da ciência.

A definição de periódico científico, segundo a NBR 6021 da ABNT, é,

[...] publicação seriada, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário ou equivalente, editada em fascículos com designação numérica ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN) (ABNT, 2015, p.1).

Para Barbalho (2005), periódico científico é um "canal de disseminação da Ciência, publicado em períodos de tempo predefinidos, reunindo artigos de diversas autorias, e que apresentam rigor científico e metodológico" (Barbalho, 2005, p. 128).

Já a pesquisadora Maria Helena Freitas (2006) entende os periódicos científicos como um dos pilares da institucionalização da ciência no país, "Além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas" (Freitas, 2006, p. 54).

Ratificando ambas as opiniões citadas, observa-se a importância de compreender o histórico e a evolução dos periódicos científicos para o desenvolvimento das áreas do saber. Nos primórdios, os cientistas comunicavam suas pesquisas por canais informais, reunindo-se em pequenos grupos e eventos para discussão da ciência que eram formalizada por meio de correspondências privadas, cartas, memorandos ou atas. Essa divulgação era restrita a um grupo pequeno e muito direcionada já que eles enviavam para outros cientistas com quem

tinham maior relação. Esse processo tornava a divulgação do resultado das pesquisas muito lenta (Stumpf, 1996; Mueller, 2003; Castro, 2009).

Mueller (2003) dedica um capítulo para apresentação do histórico dos primórdios do periódico científico:

O primeiro periódico científico de que se tem notícia é o *Journal de Sçavans*, fundado pelo francês Denis de Sallo e cujo primeiro fascículo foi publicado em 5 de janeiro de 1665, em Paris. O *Journal* anunciava como seu objetivo, catalogar e dar informações úteis sobre livros publicados na Europa e resumir seus conteúdos, divulgar experiências em física, química e anatomia que possam servir para explicar os fenômenos naturais, descrever invenções ou máquinas úteis e curiosas, registrar dados meteorológicos, citar as principais decisões das cortes civis e religiosas e censuras das universidades, e transmitir aos leitores todos os acontecimentos dignos da curiosidade dos homens (Citado por HOUGHTON, 1975, p. 13 e 14 — Tradução da autora) (Mueller, 2003, p. 74).

Castro (2009, p. 42) salienta que foi em março de 1665 que "a Royal Society determinou que a *Philosophical Transactions* fosse impressa na primeira segunda-feira de cada mês, havendo matéria suficiente, e que o texto fosse revisado por alguns membros e também aprovado pelo Conselho", dessa forma, tornou-se precursor do moderno periódico científico. Isso marcou um novo tempo para as publicações científicas, quando era exigido maior rigor. A Royal Society¹ somente se interessava por estudos experimentais (Meadows, 1999).

Esta relação entre os cientistas formavam os "colégios invisíveis" ², cujos "participantes citam-se uns aos outros, porque seus trabalhos se inter-relacionam." (Mueller, 1994, p.311)

O periódico caracterizou uma nova forma de comunicação científica, a partir do séc. XVII, constituindo-se de poucos e breves artigos, resumindo todo o processo de investigação e retirando toda a conotação pessoal (Stumpf, 1996).

As formas preferidas de registro da ciência até o momento eram as publicações monográficas ou livros impressos. Porém, os cientistas começaram a dar mais valor aos periódicos, segundo Stumpf (1996), a partir do século XVIII, quando houve o declínio do livro como forma preferida. Esse fato ocorreu devido à reclamação pela prioridade das descobertas, que necessitavam de um veículo mais

¹ A Royal Society de Londres, fundada em 1665, é a mais antiga sociedade científica.

² "Este termo foi usado pela primeira vez por Robert Boyle, cientista inglês do século 17, que havia empregado a expressão para descrever um grupo de pesquisadores que mantinham contatos entre si, embora trabalhassem em instituições diversas. Esse grupo se transformou mais tarde na Royal Society de Londres." (Mueller, 1994, p. 310).

célere e do custo, já que a extensão e o volume das pesquisas oneravam a publicação. Por um lado, os cientistas resolveram ir publicando em partes, assim ficava registrada a prioridade e diminuíram os custos, mas por outro lado, ainda demorava a publicação dos resultados de pesquisa (Stumpf, 1996; Castro, 2009). Segundo Castro (2009), o formato de artigo permite “aos pesquisadores a publicação dos seus resultados de forma atualizada, na medida em que avançavam e abstraíam novos conhecimentos” (Castro, 2009, p.43).

O surgimento do periódico científico representou um significativo avanço na comunicação entre pares, de forma mais rápida e abrangente. Essa agilidade na publicação de resultados de pesquisas motivou as diferentes áreas do conhecimento a adotarem cada vez mais o periódico científico em detrimento aos livros.

No século XIX, quando a publicação adquiriu as características atuais, o número de revistas cresceu significativamente. Entre os motivos estão o aumento de pesquisadores e de pesquisas; os avanços técnicos de impressão e do papel e, principalmente, pela alteração na recuperação dos artigos, por meio da publicação de resumos.

Outros movimentos importantes dos periódicos científicos durante o século XIX são apontadas por Stumpf (1996):

1960 - o uso de microformas (microfilmagem) em substituição ao papel para baratear o custo e a remessa, diminuindo o espaço de armazenamento;

1970 - a chegada do computador culminou no avanço da editoração eletrônica e no suporte automatizado para etapas de produção (desde a submissão, avaliação pelos pares, editoração, impressão e administração);

1980 - a maior dificuldade, nestes anos, era a compatibilização de equipamentos. Surgem novas mídias, como disquetes e CDs-ROM, que passam a ser utilizadas para armazenamento de coleções antigas mas não modificam o processo de comunicação científica.

1990 - o avanço das redes de telecomunicações e da transmissão eletrônica passa a ser uma vantagem das etapas que são realizadas com maior rapidez e menor custo.

Em contraponto, esses avanços tecnológicos e sua velocidade de mudanças representam desafios tais como: problemas com a armazenagem e recuperação; veiculação de trabalhos que não passaram pelas etapas de qualidade e avaliação

dos pares; a interatividade que apontava problemas com o reconhecimento da autoria; a preocupação com preservação e a disponibilidade duradoura; problema que envolve obsolescência de tecnologia e equipamentos (Stumpf, 1996).

Nesse percurso, o periódico científico recebeu alterações significativas com o passar dos anos, principalmente, a mudança da forma impressa para a eletrônica em todo o processo.

A partir do século XX, Mueller (1994) alerta para um fato novo, com o impacto das tecnologias no dia a dia do pesquisador, o fato de que o fluxo da informação estava mudando, e cada usuário poderia tornar-se um editor, distribuidor, com a presença de editoras comerciais, universitárias, o Estado e os próprios indivíduos.

O estágio atual da tecnologia da comunicação permite, com auxílio do computador pessoal, contatos muito abrangentes, rápidos e eficientes, entre pessoas localizadas em qualquer lugar, desde que tenham acesso a redes de comunicação. O desenvolvimento nesta área tem sido muito grande e continua em passo muito acelerado. A rede Internet está se tornando presente e acessível em toda parte, especialmente aos professores e pesquisadores nas universidades, permitindo, além da conversa reservada entre duas ou mais pessoas, acesso a uma gama imensa de informações e serviços. O impacto potencial das novas formas de comunicação para o periódico científico e para as bibliotecas universitárias e de pesquisa é enorme. Não é só a comunicação informal que é afetada. A edição de trabalhos, acabados ou não, e a sua distribuição, mediante as várias possibilidades que o meio eletrônico oferece, são tão fáceis que podem tornar cada usuário um editor e distribuidor (Mueller, 1994, p.309)

Cada vez mais a comunidade científica exigia adequação aos critérios de cientificidade, quais sejam em relação ao conteúdo (coerência, consistência, originalidade, objetivação) e, em relação estrutural (Soares, 2014). Critérios esses que estão normalizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015) e que devem ser observados pelos autores e principalmente pelos avaliadores em bases de indexação como Scielo e pela própria CAPES (2020).

Como os principais propósitos/funções dos periódicos, a pesquisadora Suzana Mueller, em seus estudos (1994; 2000), apresenta:

- a comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados;
- a preservação do conhecimento registrado com a disseminação dos resultados de pesquisa e dos estudos acadêmicos;
- o estabelecimento da propriedade intelectual, da prioridade científica sobre o resultado da pesquisa;

- e a manutenção do padrão da qualidade na ciência.

Castro (2009), ao levantar as principais funções dos periódicos na literatura científica, apresenta mais três funções que refletem a evolução e a importância dos periódicos:

transformação da produção científica em conhecimento público, trazendo sugestões de temas para aprofundamento ou outras pesquisas;

- fonte de informação e material de pesquisa, uma vez que podem ser realizados estudos a partir das bases de dados (bibliometria, informetria, além de indicadores como cientometria);

- visibilidade para o cientista para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de “poder” em seu meio, trazendo a confirmação da dedicação dos pesquisadores aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, além de suas contribuições para a área em que estejam inseridos.

O movimento da ciência aberta surgiu como uma solução para a crise em que os periódicos científicos passaram entre as décadas de 1970 e 1980. Com o aumento dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e da quantidade de pesquisadores, conseqüentemente houve um aumento de publicações em periódicos científicos.

Nesse contexto, as editoras que cobravam assinaturas, praticaram preços cada vez mais altos, dificultando a manutenção das coleções atualizadas nas bibliotecas. A ciência aberta desponta como alternativa proporcionada pelo avanço da tecnologia (Oliveira, 2017).

O Movimento de Acesso Aberto tem sido definido como acesso à literatura científica *online* sem custo ou restrições, o que gera muitas facilidades para leitores, autores e editores.

Por acesso aberto à literatura científica entende sua disponibilização gratuita na Internet, para que o usuário possa ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos; processá-lo para indexação, utilizá-lo como dados de entrada de programas para *softwares*, ou usá-lo para qualquer outro propósito legal, sem barreira financeira, legal ou técnica. (Oliveira, 2017)

As editoras perceberam que o acesso ao periódico eletrônico gerava mais citações, o que provocou uma flexibilização no acesso e na cobrança (acesso livre), ampliando seu alcance e prestígio.

No Brasil, os cientistas sempre tiveram acesso à produção científica brasileira veiculada em periódicos científicos, pois sempre foram financiados por agências de fomento.

2.3 NOTAS SOBRE A BIBLIOMETRIA

A bibliometria tem início em 1917, a partir de um estudo pioneiro de Cole e Eales sobre a Análise estatística de uma bibliografia de Anatomia comparada. Em 1922, Hulme sugere substituir pelo termo “bibliografia estatística” (statistical bibliography). Segundo Guedes e Borschiver (2005), o termo statistical bibliography – hoje Bibliometria – foi usado pela primeira vez em 1922 por E. Wyndham Hulme. Durante cerca de 22 anos, o termo não foi utilizado na literatura científica até “ser usado por Gosnell, em 1944, em um artigo sobre obsolescência da literatura” (Guedes, V; Borschiver, S., 2005, p.2).

O termo “bibliometrie” foi introduzido por Otlet (1934) quando estava interessado na construção de uma nova disciplina científica à qual chamou de “Bibliologia” e a definiu como “uma ciência geral que compreende o conjunto sistemático dos dados relativos à produção, conservação, circulação e uso dos escritos e dos documentos de toda espécie” (Alvarado, 2007, p.185).

Após mais um longo intervalo de 20 anos, em 1962, o termo statistical bibliography foi mencionado pela terceira vez, por L. M. Raisig, em um estudo sobre análise de citações, intitulado Statistical bibliography in health sciences. O pouco uso do termo na literatura, demonstra que não era amplamente aceito pelos autores estudiosos do assunto.

Assim, apenas em 1969 que a bibliometria realmente se consolidou. Uma vez que, desde de 1948, Ranganathan vinha reforçando a necessidade de os bibliotecários desenvolverem a bibliotecometria. (Vanti, 2002; Guedes; Borschiver, 2005; Alvarado, 2007).

Considerado o introdutor do termo, Pritchard (1969, p.348) define bibliometria como “a aplicação de modelos matemáticos e estatísticos aos livros e a outros meios de comunicação escrita”, destacando a parte de mensuração da produção científica. Mais tarde, Spinak³ (1996) evolui o conceito para “uma disciplina com um escopo multidisciplinar e que analisa um dos assuntos mais relevantes e objetivos dessa comunidade, a comunidade impressa.” (Vanti, 2002; Guedes; Borschiver, 2005; Alvarado, 2007).

³ Tradução da autora para “[...] una disciplina con alcance multidisciplinario y la que analiza uno de los aspectos más relevantes y objetivos de esa comunidad, la comunidad impresa”.

A Bibliometria é um conjunto de leis e princípios no uso de métodos estatísticos e matemáticos para analisar e medir a produtividade científica de áreas científicas, organizações ou países (Guedes; Borschiver, 2005, p. 15).

Os estudos métricos atualmente dividem-se em Bibliometria, Cientometria, Informetria, Webometria e Almetria. Cada uma delas propõe medir a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação sob enfoques diversos, conforme seus objetivos, objetos de estudo, métodos e variáveis. Conforme suas aplicações distintas—portanto são os índices bibliométricos utilizados, principalmente, para analisar a produtividade e a qualidade da pesquisa científica (Vanti, 2002).

Segundo Alvarado (2007), com o crescimento da prática científica, espera-se o aumento das produções científicas e, concomitantemente a esse crescimento, o autor destaca que a bibliometria não se restringe à medição de publicações, ou seja, a bibliometria não era simplesmente a medição estatística ao controle de livros e de outras publicações, mas um importante estudo do crescimento da literatura científica com suas possibilidades como:

- a produtividade de autores (1926),
- a prática de citações nos documentos (1927),
- a concentração e dispersão da literatura (1934),
- a frequência das palavras e,
- o decréscimo do uso da literatura (obsolescência).

Segundo o autor, as “publicações num determinado campo poderia proporcionar informações de valor para a interpretação da produção passada e bases suficientes para a predição das tendências futuras” (Alvarado, 2007, p. 185).

Essas técnicas têm sido usadas na identificação dos autores mais produtivos, na identificação de paradigmas na ciência, na fusão e fissão de disciplinas científicas e na identificação dos periódicos mais produtivos em diferentes campos, etc (Alvarado, 2007, p. 2).

É interessante ressaltar que Alvarado (2007) cita as revisões do estado-da-arte em bibliometria e apresenta a utilidade dessas técnicas, no âmbito da CI, conforme estabelecido por Brookes (1973):

1. no desenho de sistemas de informação mais econômicos;
2. na melhoria da eficiência dos processos de gerenciamento da informação;
3. na identificação de medidas das deficiências nos atuais serviços bibliográficos;
4. na predição das tendências de publicação; e

5. no descobrimento e elucidação das leis empíricas que poderiam formar a base do desenvolvimento de uma teoria da ciência da informação.

No Brasil, o uso da bibliometria iniciou-se com a disciplina Processamento de Dados na Documentação, ministrada no curso de Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). (Bufrem; Prates, 2005).

Logo, pode-se dizer que a bibliometria é uma importante ferramenta para análise quantitativa da produção científica e que vem sendo utilizada e testada por pesquisadores de diferentes campos científicos.

As principais funções dos estudos bibliométricos, segundo Vanti (2002), são:

Identificar tendências e crescimento do conhecimento científico em uma determinada disciplina;

Estudar a dispersão e obsolescências de campos científicos;

Estimar a cobertura de revistas científicas;

Identificar autores e instituições mais produtivos;

Identificar as revistas do núcleo de cada disciplina;

Investigar relações entre disciplinas e áreas do conhecimento;

Adaptar políticas de aquisição e descarte de publicações em bibliotecas.

A Bibliometria apresenta três leis - Bradford, Lotka e Zipf - que são consideradas as principais, pois estudam respectivamente, a produtividade de uma área, a produtividade dos autores e a frequência de ocorrência de palavras.

Apresentam-se, no Quadro 2, as leis e os princípios bibliométricos, seus focos de estudo e principais aplicações (Guedes; Borschiver, 2005).

QUADRO 2 - Leis e princípios bibliométricos na CI

Ciência da Informação		
Bibliometria		
Leis e Princípios	Focos de Estudo	Principais Aplicações
Lei de Bradford	periódicos	estimar o grau de relevância de periódicos, em dada área do conhecimento
Lei de Lotka	autores	estimar o grau de relevância de autores, em dada área do conhecimento
Lei de Zipf	palavras	indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Ponto de Transição (T) de Goffman	palavras	indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Colégios Invisíveis	citações	identificação da elite de pesquisadores, em dada área do conhecimento
Fator de Imediatismo ou de Impacto	citações	estimar o grau de relevância de artigos, cientistas e periódicos científicos, em determinada área do conhecimento
Acoplamento Bibliográfico	citações	estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos científicos
Co-citação	citações	estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos científicos
Obsolescência da Literatura	citações	estimar o declínio da literatura de determinada área de conhecimento
Vida-Média	citações	estimar a vida média de uma unidade da literatura de dada área do conhecimento
Teoria Epidêmica de Goffman	citações	estimar a razão de crescimento e declínio de determinada área do conhecimento
Lei do Elitismo	citações	estimar o tamanho da elite de determinada população de autores
Frente de Pesquisa	citações	identificação de um padrão de relação múltipla entre autores que se citam
Lei dos 80/20	demanda de informação	composição, ampliação e redução de acervos

Fonte: Guedes e Borschiver, 2005, p.14

1. Lei de Lotka (1926) - Alfred Lotka demonstrou em seu estudo a frequência e a dispersão da produtividade entre os autores. Sua lei fundamenta-se na premissa básica de que “alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco” (Vanti, 2002). A lei enuncia que “a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses pesquisadores, em qualquer área científica, segue a Lei do Inverso do Quadrado $1/n^2$.” Também conhecida como Quadro Inverso, é medição da produtividade de autores. Sua aplicação se dá principalmente na análise da produtividade dos pesquisadores.

Na gestão da informação, do conhecimento e planejamento científico e tecnológico, sua aplicabilidade se verifica na avaliação da produtividade de pesquisadores, na identificação dos centros de pesquisa mais desenvolvidos, em dada área de assunto, e no reconhecimento da “solidez” de uma área científica. Ou seja, quanto mais solidificada estiver uma ciência, maior probabilidade de seus autores produzirem múltiplos artigos, em dado período de tempo (Guedes e Borschiver, 2015, p. 5.).

2. Lei de Bradford (1934) - Samuel Bradford constatou em seus estudos que os artigos específicos de uma área não aparecem somente em revistas especializadas naquele campo. Essa questão relaciona-se com a dispersão da literatura periódica científica. A lei enuncia que

se periódicos científicos forem ordenados em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre determinado assunto, poderão ser divididos

em um núcleo de periódicos mais particularmente dedicados ao assunto e em vários grupos ou zonas, contendo o mesmo número de artigos que o núcleo (Bradford, 1934).

3. Lei de Zipf (1949) - Relaciona-se à frequência de ocorrência de palavras em um dado texto para indexação temática. Foi chamada de "Lei do mínimo esforço" (Guedes; Borschiver, 2005, p. 4-5).

Não é uma lei muito utilizada uma vez que surgiram outras ferramentas para indexação de textos científicos.

2.4 ENTENDIMENTOS SOBRE A ÁREA DO DIREITO

O Direito originou-se da necessidade de regular as relações humanas e passou, a partir de um certo momento, a regulamentar os comportamentos e atitudes considerados normais e desejáveis, normatizando a sociedade (Reale, 2011).

Para Castro (2007, p. 2), o homem não existe sem o Direito e o Direito não sem existe sem o homem. Essa relação aponta para a relação inseparável do homem e do Direito, pois o Direito é feito pelo e para o ser humano, visando garantir a ordem, a harmonia, a paz, a prosperidade, a justiça e o bem comum na convivência social, impedindo, assim, a desordem, os crimes e o caos social.

A palavra Direito vem do latim Directum que designava, na sua origem, aquilo que é reto, sem desvio, expressando a ideia de regra (Torres; Almeida, 2013). Contudo, apesar das regras formalizadas, o Direito não é estático, pois, à medida que novas relações aparecem, surge também a necessidade de novas regulamentações.

O Direito não é um fenômeno histórico-social autônomo, é um dos componentes da cultura encaixado em um contexto, não havendo história universal do Direito, mas a história do Direito de uma civilização ou de um país (Torres; Almeida, 2013, p. 25).

Conforme Torres e Almeida (2013), não se defende a ideia de uma história universal do Direito, pois cada sociedade formula as suas próprias regras, considerando sua cultura, tradição e história.

Sobre a constituição do Direito, Pedrosa (2006, p. 13) afirma que não se trata apenas de um conjunto de regras (leis), mas existem outros componentes na sua configuração, como a doutrina, a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais. Esses elementos juntos constituem o Direito e buscam a obtenção da justiça.

2.4.1 O Direito e as subdisciplinas

O Direito é dividido em ramos que atendem às diversas necessidades da sociedade. Segundo Cotrim (2009), a classificação mais antiga, de origem romana, é o Direito Público e o Direito Privado, com temáticas dentro de cada uma. Enquanto o Direito Público regula as relações em que predominam os interesses da sociedade como um todo, o Direito Privado normatiza as relações em que predominam os interesses particulares.

Relata ainda esse autor que os sujeitos do Direito Público são distintos do Direito Privado. Enquanto no primeiro o Estado constitui uma das partes da relação jurídica e representa a coletividade, no segundo os sujeitos são particulares com interesses privados.

No mesmo sentido, Passos e Barros (2009) discorrem sobre a classificação do Direito e suas ramificações assim como apresentam a divisão do Direito em Público e Privado, enfatizando que as áreas não são isoladas, mas se relacionam.

Apesar de ser a classificação mais antiga, essa divisão em Direito Público e Privado não é unanimidade entre os estudiosos. Ross (2000), por exemplo, afirma que essa divisão não consegue abarcar todas as áreas. Nesse segmento, Salgado (2011) esclarece que a classificação do Direito deriva de uma construção social e histórica e constitui uma questão filosófica e não técnica. Assim, essa divisão faz parte do entendimento atual, mas não define o Direito, apenas o classifica.

Autores como Diniz (2004), Reale (2008), Ferraz (2008) e Nader (2011) defendem que, além de não ser rígida essa divisão, ela também colabora para a distinção entre diversos assuntos, conforme disposto no Quadro 3.

QUADRO 3 – Ramificações do Direito Público e Privado

DIREITO PÚBLICO	DIREITO PRIVADO
Direito constitucional - Direito eleitoral Direito administrativo - Direito ambiental Direito financeiro Direito tributário Direito Processual Direito Penal	Comum - Especial - Direito civil Direito Comercial Direito do trabalho Direito do consumidor Direito internacional privado

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Diniz (2004), Reale (2008), Ferraz (2008) e Nader (2011).

A classificação apresentada, embora contribua para o entendimento do Direito, não reflete necessariamente uma divisão estanque (Diniz, 2004), principalmente nos programas de Pós-Graduação que contribuem, sobretudo, para apontar linhas de pesquisa, áreas de estudo e projetos estruturantes que se comunicam, a exemplo do

Programa de Pós-Graduação de Direito (PPGD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Essa classificação do Direito em Público e Privado e as suas subdivisões contribuem para a compreensão de que o Direito, enquanto disciplina das Ciências Sociais Aplicadas, atua na resolução de problemas de cada sociedade local.

2.4.2 A produção doutrinária do Direito

No Direito, o protagonismo é exercido pela lei, pela normativa. Mas é na Doutrina que a lei é interpretada.

O termo doutrina possui vários significados em contextos distintos. No Direito, contudo, trata-se de um conceito específico e constitui uma das fontes da informação jurídica, juntamente com a jurisprudência, as leis e os costumes.

Segundo Guimarães (2001, p. 276), no Direito a doutrina constitui "o conjunto de ideias, juízos críticos e conceitos teóricos ou calcados nos usos e costumes ou no momento social que os autores expõem nos estudos e ensino do direito e na interpretação da lei". A Doutrina é responsável por explicar os conceitos, interpretar e traduzir o contexto da norma para sua aplicação (Passos, 2004; Souza, 2013; Ferreira; Maculan, 2018). Nesse sentido, a Doutrina contribui para esclarecer os textos jurídicos, apresentar conceitos, disponibilizar insumos para interpretações, contribuindo para a aplicação do Direito e a sua evolução. Em suma, a Doutrina é responsável pela tradução e interpretação da lei.

Segundo Leite e Cruz (2020), essa não se restringe a opiniões, constituindo sim uma fonte jurídica.

A doutrina é bem mais que apenas a opinião dos doutos, chamados de juristas (*communis opinio doctorum*). E, acaba por ser considerada fonte [...] pelo fato de continuamente propor soluções, inovar, interpretar e colmatar lacunas (Leite; Cruz, 2020, p. 1)

Miguel Reale (2011) afirma que a alteração da legislação sobre um tema muda o entendimento dos tribunais, que produzem a jurisprudência. Da mesma forma, as decisões jurisprudenciais interferem nas alterações legislativas e doutrinas jurídicas e essas repercutem na escolha, pelos operadores do Direito, de determinada fundamentação científica para a elaboração de projetos de lei e para a defesa de teses jurídicas na esfera judicial (Ferreira, 2018).

Ferreira (2018) defende que é na doutrina que se revela o caráter científico do Direito.

[...] revela o caráter científico (teórico e metodológico) do Direito produzido por especialistas do ramo jurídico, especialmente na forma livros, artigos científicos, trabalhos monográficos e pareceres. Constitui-se em meio para a discussão da legislação e da jurisprudência, e também em suporte teórico para o embasamento da atuação jurídica (Ferreira, 2018, p. 17).

Torres e Almeida (2013) ratificam a relação da doutrina com o caráter científico da informação jurídica.

[...] a doutrina expressa o caráter científico da informação jurídica ao estabelecer conceitos, definições, estruturas e princípios para os institutos, e esse conhecimento reflete na legislação e em sua aplicação nos casos concretos (Torres e Almeida, 2013, p.76).

A doutrina tem como base a investigação, o processo empírico, com base em normas, buscando revelar os diversos temas da área jurídica que permeiam o comportamento da sociedade na qual está inserida.

Entre as funções da doutrina está a organização do conteúdo jurídico em ramos. Ela também permite o estudo aprofundado de normas e princípios, sendo responsável pela atualização dos conceitos e institutos.

A doutrina é composta por estudos e teorias, divulgadas por meio de publicações de: livros, monografias, artigos, artigos científicos, pareceres expedidos por juristas mais experientes. Esse procedimento significa que a doutrina é a fonte bibliográfica da qual precedem as fontes de informação jurídica, segundo Passos e Barros (2004, p. 94): "a informação analítica que caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto. Está protegida pela lei de direitos autorais".

No Direito, a relação entre a prática e a teoria é muito forte, sendo que é por meio da doutrina (teoria) que o jurista aplica à prática do Direito. Como a norma jurídica tem variadas fontes, é fundamental uma teoria bem sedimentada para a aplicação na realidade da melhor forma de se fazer justiça. Tanto os laboratórios práticos dos Programas de Pós-Graduação quanto as decisões judiciais são pautados na Doutrina.

Kokol e Meneghel (2010) afirmam que, no Direito, (legislação, doutrina e jurisprudência), a fonte de informação que mais se aproxima dos homens, entre legislação, jurisprudência e doutrina, é essa última. Nesse sentido, destaca-se a sua

contribuição social, por ela ser mais acessível à sociedade do que as outras fontes, principalmente em termos de linguagem jurídica.

O Direito, assim como outras áreas do conhecimento, possui vocabulário, linguagens e técnicas específicas. Em geral, o que é discutido nos autos de um processo judicial não é acessível à sociedade, mesmo sendo essa a maior interessada e para quem o Direito é construído e aplicado. Mas é por meio da Doutrina disponibilizada em publicações que o Direito torna-se acessível à sociedade, tanto pela disseminação quanto pela linguagem.

2.4.3 A pesquisa científica no Direito

Araújo e Schiocchet (2021) asseguram que, para discutir a pesquisa jurídica no Brasil, é preciso observar o contexto da produção científica no campo do Direito. Os Programas de Pós-Graduação em Direito apresentam um desequilíbrio em sua distribuição geográfica por se fixarem nas regiões Sul e Sudeste, assim como outras áreas científicas. Há, também, uma fragilidade em relação às demais áreas no que tange à mobilização de recursos metodológicos nas pesquisas. Segundo os autores, as pesquisas no Direito estão empobrecidas em relação às metodologias de pesquisa.

Existem desigualdades entre os Programas de Pós-Graduação em relação às pesquisas, devido, principalmente, à concentração de Programas de Pós-Graduação em Direito nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Varella, 2015). Conseqüentemente, esse cenário reflete o maior número de docentes, o maior número de revistas acadêmicas e a maior produtividade em publicações (artigos, dissertações e teses) nessas regiões.

Dessa forma, Prado, Santos e Pereira Júnior (2015) afirmam que a formação de docentes nos demais Estados fica comprometida. Gameiro e Guimarães Filho (2017) também indicam, após estudo, que o cenário brasileiro resultou numa rede de Pós-Graduação irregular e desigualmente distribuída no país (Gameiro; Guimarães Filho, 2017).

Segundo Rangel e Abreu (2017), a pesquisa aproxima a teoria e a realidade, “sendo o direito uma ciência social aplicada, o papel do cientista social é estudar os fenômenos, investigar suas causas, buscar entender seus determinantes e procurar

penetrar na lógica que proporciona os resultados aparentes” (Rangel e Abreu, 2017, p.49).

Kokol e Meneghetti (2010) já discorriam sobre a pesquisa no Direito e a sua relação com o ensino jurídico, revelando a necessidade de pesquisas com metodologias consistentes para a produção de conhecimento científico, inclusive, apoiando a área no que se refere ao seu papel social.

Sobre essa questão, Francischetto (2023, p. 7) observa que a implantação dos cursos da área jurídica na época do Império tinha foco apenas no ensino, para a formação de intelectuais para compor a burocracia estatal e que, apesar dos esforços existentes, a pesquisa ainda é negligenciada nas faculdades de Direito.

É forçoso reconhecer que a pesquisa científica no Direito ainda é confundida com a que é feita nas atividades técnico-profissionais em que a busca pelos argumentos tem um trilho a ser seguido para fundamentar as ações e decisões judiciais. Já a pesquisa científica de fato está aberta às trilhas do conhecimento, ou seja, há diferentes possibilidades de resultados a depender do problema formulado, da metodologia utilizada, dentre outros aspectos. As faculdades de Direito precisam organizar seus programas de iniciação científica de forma ampla, além de fazer divulgação e incentivar a participação dos alunos em editais locais, nacionais e internacionais de fomento. (Francischetto, 2023, p. 12)

Autores apontam que esse cenário brasileiro sobre a pouca influência da produção do conhecimento jurídico em nível mundial constitui uma das razões dos inúmeros estudos nos últimos anos sobre os critérios de avaliação para a produção científica jurídica (Varella; Roesler, 2012; Varella, 2015; Spera; Mugnaini, 2019; Siburski; Araújo; Macedo, 2021; Sarmiento, 2023).

Ratificando esse pensamento, Nobre (2005), Rangel e Abreu (2017, p. 50) defendem que as particularidades da pesquisa no Direito justificam-se pelo seu histórico e a sua aplicação prática. Spera e Mugnaini (2019, p. 9) acrescentam que as particularidades da área “vão além da ancestralidade e de um suposto tecnicismo do campo, avançando também sobre tipos documentais característicos de sua produção científica”.

Entretanto, Varella (2015, p.112) que tem havido um crescimento dos cursos de Pós-Graduação nos últimos anos, quando afirma que "estes números significam que o Brasil será o país com a maior Pós-Graduação em Direito do mundo".

Apesar da expansão da Pós-Graduação no país, é preciso investigar e enfrentar alguns desafios pois, segundo esse mesmo autor (2015, p. 112), "o país está fora das redes de pesquisa mais importantes". Nesse contexto, o Brasil é, sem

dúvida, um país periférico na produção do conhecimento jurídico mundial, mas "o desafio é como transformar a maior Pós-Graduação em Direito do mundo em uma das melhores ou mais influentes" (Varella, 2015, p. 112).

Os Programas de Pós-Graduação na área do Direito vêm se ampliando cada vez mais e sofrendo significativas alterações nos últimos 30 anos:

(a) efeito indireto do aumento exponencial de cursos de graduação em Direito no país, que praticamente dobraram de 1995 a 2005; (b) ampliação do número de instituições privadas [...]; (c) número expressivo de cursos; (d) assimetrias regionais e intrarregionais no número de programas de pós-graduação; (e) desenvolvimento das iniciativas de internacionalização; (f) tradição de forte inserção social; (g) conversão da produção bibliográfica em produção em periódicos, especialmente a partir da indução da Área nos 2 últimos ciclos avaliativos; (h) crescimento sustentável e prudente do número de mestrados profissionais. (CAPES, 2019, p.3)

Atualmente, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* proporcionam - a partir do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão - melhor formação para o profissional atuar no contexto social, adequando o aprendizado às possibilidades de aplicação das pesquisas, por meio da produção de conhecimentos (Brasil, 2019). É preciso esclarecer ainda que existe a necessidade de ampliação de pesquisas e publicações na área. Os critérios adotados para avaliação em bases de dados não refletem a importância da análise da produção acadêmica nacional para o entendimento do direcionamento da pesquisa jurídica no Brasil (Brasil, 2019).

Para a avaliação da pesquisa na área jurídica, evidencia-se o diálogo do Direito com outras áreas.

(...) o Qualis da Área que representa bem essa abertura ao diálogo com outras áreas do conhecimento, ao integrar os conceitos atribuídos aos periódicos por suas áreas de avaliação de origem, incentivando a publicação nesses veículos por pesquisadores da Área de Direito (Brasil, 2019, p. 13).

Varella e Roesler (2012) discorrem sobre as dificuldades dessa pesquisa no Brasil e apontam os impactos que os próprios critérios de avaliação do sistema Qualis apresentam para a área. Entre os critérios está a crescente mudança nas regras Qualis, além do descompasso com os outros programas das outras áreas, até mesmo dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas.

No Relatório vigente no período analisado, intitulado "Critérios Qualis Periódicos Referência 2017-2018", de 18 de julho de 2019, são apresentados os requisitos mínimos de elegibilidade de periódicos nacionais (Brasil, 2019). O pesquisador da área de Direito, considerado na literatura como "pesquisador

solitário", pois publica sozinho ou em parceria com poucos autores, encontra dificuldades em adaptar-se (Brasil, 2019).

Varella e Roesler (2012) revelam que as práticas de construção do conhecimento na Pós-Graduação do Brasil, na área de Direito, exigem um esforço de adaptação às metodologias de avaliação da área, considerado por eles não adequado.

No Direito brasileiro, segundo a pesquisa de Varella e Roesler (2012) sobre as citações nas pesquisas, em primeiro lugar (entre 40 e 50%) aparecem as citações de livros monográficos - escritos por um ou dois autores - sobre um tema específico; em segundo lugar (entre 15 a 17%) são citados os manuais de Direito, justificado pela sua estrutura com conceitos e informações genéricas; em terceiro (entre 11 a 16%) estão os Capítulos e coletâneas; em 4º lugar os artigos de periódicos (cerca de 10%) e, por fim, as dissertações e teses (com aproximadamente 1%).

Apesar dos problemas apontados por Varella e Roesler (2012), é possível encontrar na avaliação do ciclo seguinte um resultado positivo nos esforços dos acadêmicos e pesquisadores da área. Nesse sentido, se comparada à pesquisa de Varella e Roesler (2012) e o atual documento da área apresentado pela CAPES (2019), houve uma melhoria na questão da internacionalização, que, de acordo com o relato dos autores, era um problema,

(...) a produção científica também sofreu uma significativa modificação, com docentes e discentes submetendo trabalhos para publicação em bons periódicos científicos no exterior com regularidade, assim como participando dos melhores eventos científicos internacionais em número cada vez mais expressivo." (CAPES, 2019, p.14)

Segundo o documento da CAPES (2019), a área de Direito caracteriza-se estável, com forte crescimento, desde a Graduação à Pós-Graduação, principalmente nos últimos anos. E ainda que exista uma dicotomia entre a pesquisa científica e técnica, ambas refletem a conexão com a sociedade: "A pesquisa em Direito, embora possua também espaços de investigação pura, tem forte caráter aplicado e, nesse âmbito, a inter-relação com a sociedade nos mais diversos campos" (CAPES, 2019, p. 16).

Inicialmente, os juristas - segundo afirma Martinho (2011), citado por Gomes e Oddone (2020) - acreditavam que a área não necessitava publicar em periódicos científicos. Foi somente a partir do século XVIII, quando ocorreu a quebra desse

paradigma metodológico absolutista, que surgiram os periódicos e passaram a ter maior relevância, visando à comunicação de ideias entre os pares.

As publicações científicas no Direito, em especial os periódicos, passaram a ser mais valorizados em seu último ciclo avaliativo (CAPES, 2019). No entanto, o Direito se distancia da pesquisa científica quando demonstra a falta de metodologia. Araújo e Schiocchet (2021) ressaltam que, com o crescimento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, houve aumento da produção científica, tanto de teses e dissertações, quanto de publicações em artigos científicos. Mesmo assim evidencia-se uma qualidade abaixo do esperado para esse nível de produção científica.

Para Araújo e Schiocchet (2021), a ausência de “elementos metodológicos fundamentais em pesquisas da área do direito”, compromete a estrutura, o rigor e a relevância científica.

Pode-se ainda reafirmar o que Nobre (2004) constatou em suas pesquisas, há uma indistinção entre a escrita da prática profissional e a teoria/pesquisa acadêmica. Nesse contexto observou-se que a escrita acadêmica seguindo o “modelo de parecer” está presente nas teses acadêmicas analisadas nesta pesquisa (Araújo e Schiocchet, 2021, p. 21).

A pesquisa científica no Direito evidencia a necessidade de melhorar a qualidade da produção científica da área e a importância de estudos e políticas sobre o tema.

2.5 ESTUDOS CORRELATOS

Detectaram-se na literatura brasileira da Ciência da Informação alguns estudos relacionados, de alguma forma a este estudo, conforme objetivos ou procedimentos metodológicos. Para a identificação desses estudos foi utilizado o repositório da UFMG, a leitura dos resumos e suas referências bibliográficas.

Júlio Vítor Rodrigues de Castro (2009), em sua pesquisa de mestrado, faz uma análise da produção científica da CI em periódicos brasileiros. O seu objetivo foi analisar a produção científica dos pesquisadores/docentes da Ciência da Informação veiculada em periódicos científicos, nos últimos nove anos, período equivalente a três triênios de avaliação dos programas pela CAPES.

Dessa forma, buscou identificar os pesquisadores ativos, os artigos oriundos de pesquisas, as temáticas preferenciais de pesquisa dos pesquisadores que integram a Ciência da Informação. A coleta dos dados foi feita em sua maioria nos sites dos Programas de Pós-Graduação da CAPES, na Plataforma Lattes do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - e nos periódicos consultados. Foram identificados 12 títulos periódicos da Ciência da Informação e dois interdisciplinares. As temáticas preferidas dos pesquisadores foram classificadas segundo a Taxonomia da Ciência da Informação de Donald T. Hawkins.

Jane Rodrigues Guirado (2015), em sua dissertação intitulada “Produção científica da área das Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)”, indexada nas bases de dados Web of Science e SCOPUS (2007-2012), teve por objetivo principal analisar as características da produção científica dos departamentos de Biologia Geral, Botânica, Morfologia e Parasitologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nos resultados de Guirado (2015), as características gerais identificadas foram as seguintes: a primeira produção científica por autor apresentou, na maioria dos casos, trabalhos com múltipla autoria e a concentração da literatura em um número reduzido de autores; no que diz respeito à coautoria, a rede colaborativa apresentou maior grau de colaboração interinstitucional, no âmbito doméstico e com pesquisadores da mesma área do conhecimento. Entretanto, a pesquisa também mostrou pesquisadores de outras áreas, como Ciências Agrárias, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas; em referência ao canal preferencial utilizado pelos autores, na maioria das vezes, foi o artigo publicado em periódico científico.

A pesquisadora Aline Alves de Almeida (2015), em sua pesquisa de mestrado teve como objetivo geral analisar a produção científica dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Genética da UFMG no último triênio de avaliação dos programas pela CAPES. A pesquisa de natureza descritiva com abordagem quantitativa empregou técnicas bibliométricas e cientométricas para auxiliar na mensuração da produtividade dos pesquisadores. O universo de pesquisa foi composto por 23 docentes que integram o quadro permanente do PGGENÉTICA/UFMG.

Para analisar a produção científica, foi levantada a Produção Bibliográfica de cada pesquisador na Plataforma Lattes. Em seguida, optou-se por explorar mais profundamente os artigos publicados em periódicos e os resumos publicados em anais de congresso, por estarem em maior número dentre as publicações dos

pesquisadores. Os resultados da pesquisa de Almeida (2015) revelam que foram publicados, no período de 2010-2012, 969 trabalhos, sendo 77 Apresentações de trabalhos; 433 Artigos completos publicados em periódicos; 24 Capítulos de livros publicados; 6 Livros publicados; 427 Resumos publicados em anais de congressos; e dois Trabalhos completos publicados em anais de congressos. Os 433 artigos foram publicados em 246 periódicos distintos, sendo 210 internacionais e 36 periódicos nacionais. Os 427 Resumos publicados em anais de congressos foram distribuídos em 105 eventos científicos, sendo 70 realizados em território nacional e 35 em território internacional. As palavras-chave preferidas pelos pesquisadores foram classificadas segundo o Descritores em Ciências da Saúde. Foram levantadas 2.016 palavras distintas e a maior incidência nos artigos foram os termos “Animais” e “Humanos”, com 115 ocorrências cada um. Com os resultados, ficou evidente a real dimensão das atividades científicas.

Já os autores Ítalo Rodrigues Castro e Marlene Oliveira (2016) apresentam o relato da pesquisa que teve como objetivo analisar a produção científica veiculada nos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB) sobre as linguagens de Indexação, no período de três anos (2012 a 2015). Para análise dos artigos, utilizaram técnicas da Bibliometria. Para análise dos dados, usaram as categorias: autores mais produtivos e suas respectivas instituições; instituições mais produtivas; titulação dos autores mais produtivos; anos mais produtivos; linguagens de indexação mais utilizadas e assuntos predominantes.

Foi analisada uma amostra de 73 artigos, com o total de 102 autores (foram considerados também os coautores), os 10 autores mais produtivos foram responsáveis por 36 artigos, que correspondem a 49,31% da produção dos artigos. Esses autores estão vinculados a seis instituições de ensino: UFMG, UFF, IBICT, UEL, UNESP e UFBA. Foi verificado como resultado, por Castro e Oliveira (2016), que a UFMG é a instituição mais participativa na produção científica sobre essa temática, apresentando 36,11% do total dos artigos desenvolvidos. Os autores mais produtivos publicaram de três a cinco artigos no período estudado. A linguagem mais investigada nas publicações no período foi o Sistema de Classificação Bibliográfica no ano de 2014, que foi o ano em que mais se estudou sobre o tema no ENANCIB. Os assuntos predominantes no período foram Indexação, Organização do

Conhecimento, Tesouros, Organização da Informação, Recuperação da Informação e Metadados, que representam 12,65%, 12,02%, 8,22%, 7,59%, 6,96% e 6,32% respectivamente do total de 158 assuntos abordados. O estudo confirma a evolução dos estudos de linguagem de indexação a cada ano e a contribuição dos ENANCIBs na disseminação dos resultados de pesquisa.

Eliane Azevedo Gomes (2017) em sua defesa de mestrado, apresenta sua pesquisa sobre o Portal de Periódicos da CAPES. Avalia a participação dos títulos estrangeiros do Portal de Periódicos dessa Coordenação na produção dos pesquisadores brasileiros da área do Direito, de acordo com as características encontradas na sua produção científica durante o triênio 2010-2012. Recorre ao estudo da produção científica de artigos científicos estrangeiros e à análise de citações para interpretação, tratamento e análise da produção científica internacional dos docentes do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito com mestrado e doutorado que obtiveram notas 4, 5 e 6, no triênio 2010-2012.

Gomes (2017) compara os referidos títulos dos periódicos aos disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES; mostra que a oferta de títulos pelo citado Portal para a área de Direito vem diminuindo ao longo do período analisado; indica que os pesquisadores da aludida área utilizam pouco dos títulos disponíveis no Portal, preferindo usar aqueles que estão disponíveis em acesso aberto e em formato impresso. Por fim, aponta que existem títulos de interesse dos pesquisadores que ainda não fazem parte da coleção do Portal da CAPES e que merecem atenção.

O pesquisador Jordan Vinícius de Oliveira (2018), em sua dissertação de mestrado, apresenta um panorama do cenário dos periódicos científicos brasileiros em Direito sob o ponto de vista Open Access. Com o título “Sob o ombro de gigantes: Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito em 2018”, a questão à qual o estudo responde trata do desenho institucional desses periódicos, indagando se ele demonstra um reforço ou uma ruptura com a interpretação legalista do direito autoral. A principal conclusão de Oliveira (2018) é de que há uma tendência de ruptura com os padrões proprietários⁴ nos periódicos da área de Direito e, de maneira mais ampla, no cenário científico nacional, com vistas a oferecer conteúdo científico aberto e livre. Entretanto, a influência

⁴ Oliveira se refere aos Direitos de Propriedade Intelectual do autor

proprietária e restritiva para o acesso ao conhecimento científico nestes veículos ainda subsiste.

Sônia Mônica da Silva (2021), em sua pesquisa, analisou a produção científica da Ciência da Informação no Brasil, no período de 2010 a 2020, publicada em periódicos indexados nas bases de dados Scopus e Web of Science. É uma pesquisa descritiva, com abordagens quantitativa e qualitativa, que utilizou técnicas bibliométricas para auxiliar na mensuração da produtividade dos pesquisadores. Os procedimentos de análise dos dados incluem algumas categorias: título do artigo, autor, origem institucional do autor, colaboração, ano de publicação e principais temáticas. A identificação das principais temáticas é muito diferente nas duas bases: – a busca para pesquisa e o retorno. Silva (2021) optou por descrever e analisar os resultados de cada uma das bases separadamente.

Ainda sobre essa questão, as pesquisadoras Nathália Maria Siburski, Paula Carina de Araújo e Lucilene Pessoa Macedo (2021) analisaram os indicadores da produção dos docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Direito do Sul do Brasil em periódicos científicos jurídicos brasileiros no período de 2013-2016. Desenvolveram uma pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa com o uso da bibliometria. Utilizaram a plataforma Sucupira como fonte de dados, a plataforma Lattes como indicador de produção dos docentes e o software Excel para organização e análise de dados.

O estudo evidenciou a aplicabilidade de estudos métricos para reconhecer o estágio atual da produção científica nos programas do Sul com maior nota na avaliação da CAPES. Como resultados aponta a UFPR como a instituição mais produtiva, os autores mais produtivos Lenio Luiz Streck, Luiz Guilherme Marinoni e Ingo Wolfgang Sarlet, destaque para o ano de 2016 como o mais produtivo do período e destaque para publicações entre dois autores. A escolha do Sul do país foi devido a concentração dos programas mais produtivos de Direito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A ESCOLHA PELA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES

A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de memória, atualização e avaliação da Pós-graduação brasileira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Seu nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira que escreveu o parecer que formatou a pós-graduação brasileira como ela é conhecida hoje (CAPES, 2023).

A CAPES é a principal agência governamental que têm em suas atividades a coordenação e avaliação das atividades de Pós-graduação no Brasil. Por meio do Programa Qualis, a CAPES registra as notas atribuídas aos periódicos científicos de cada área científica. Conforme exposto no site da Plataforma, o Qualis Periódicos é um módulo do sistema de avaliação, usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação. As revistas científicas são analisadas e avaliadas pelas comissões de consultores da CAPES, representantes das diferentes áreas do conhecimento.

O Qualis passa por constantes revisões e modificações, sendo que a cada quadriênio avaliado podem ser incorporados novos critérios, novos documentos e comissões.

Os registros atuais foram realizados no âmbito do "Novo Qualis", em estratos que variam, em ordem crescente, desde a classificação "C", passando por "B5", "B4", "B3", "B2", "B1" e "A2" até chegar no estrato mais alto, o Qualis "A1". Como a estratificação é feita por áreas, um mesmo periódico pode receber avaliações diferentes conforme a pertinência temática do conteúdo veiculado para a área específica (CAPES, 2021).

Conforme o documento de avaliação da área de Direito (CAPES, 2021), os conceitos de avaliação ou estratos variam desde o mais elevado A1 (com maior peso) ao menor, C (menos peso) totalizando 8.

No documento da CAPES - Relatório Critérios Qualis Periódicos Referência 2017-18 de 18/07/2019, são apresentados os requisitos mínimos de elegibilidade de periódicos nacionais. Entre eles, estão os elementos editoriais:

- a) Editor responsável; b) Conselho editorial; c) ISSN; d) Linha editorial, em português e inglês; e) Normas de submissão, em português e inglês; f)

Indicação da periodicidade e da regularidade da publicação; g) Prova da publicação de ao menos 1 número do periódico no ano anterior ao qual ocorreu o processo avaliativo; h) Submissão de ao menos 75% dos artigos ao sistema de dupla revisão cega por pares; i) Comprovação de que foram publicados ao menos 14 artigos por volume, assim considerado o total de fascículos ou números do periódico publicados no intervalo de 1 ano; j) Informação mínima sobre a afiliação institucional dos autores, dos membros do Conselho Editorial e do Conselho de Pareceristas ad hoc (nome ou sigla da instituição e município e país na qual é sediada); k) Os textos publicados deverão conter títulos, resumos e palavras-chaves/descriptores em português e inglês; l) Data de recebimento e aceitação de cada artigo; m) Prova da acreditação em pelos menos 2 dentre as seguintes bases de indexação ou bases similares: Latindex, IBSS, EZB, Diadorim, Portal de Periódicos da CAPES, Ulrich, HeinOnline, Sumário de Revistas Brasileiras, CiteFactor, DOAJ, SherpaRomeu, HAPI, Dialnet, Academic, Journals Database, ICAP Proquest, Ebsco, Clase, REDIB e Redalyc; n) Portal ou página eletrônica na qual se localizem os elementos aqui referidos, ainda que não seja disponível a íntegra do conteúdo do periódico. (CAPES, 2019)

Tais requisitos são adotados pelos pesquisadores brasileiros dos diferentes campos científicos, tornando a publicação de resultados de pesquisa em periódicos nacionais compatíveis com publicações no exterior.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa de natureza básica, que se caracteriza como descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa por meio de técnicas bibliométricas.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma visão ampla, acerca de determinado fato e são realizadas, principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1999; Gil, 2008; Marconi e Lakatos, 2021).

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa reúne o conjunto de revistas científicas selecionado na área do Direito como A1 conforme classificação Qualis/CAPES no quadriênio 2017-2020.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A escolha da Plataforma Sucupira para coleta dos dados deve-se, entre outras funções, ao fato de reunir e disponibilizar dados e informações sobre todos os

periódicos científicos avaliados pelo Qualis. Os periódicos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, sendo A1 o mais elevado.

No endereço eletrônico da Plataforma (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>) selecionou-se para cada opção de busca as seguintes escolhas, conforme a Figura 1.

FIGURA 1 - Critérios de Pesquisa na Plataforma Sucupira

Fonte:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeraPeriodicos.jsf>

Observa-se que os critérios para a consulta na plataforma Sucupira são muito gerais. Portanto, foi necessária a leitura dos títulos dos periódicos da listagem de resultados, para fazer uma triagem, retirando os títulos repetidos (20, pois apareciam duplicados os que tinham versões impressas e eletrônicas), os títulos em língua estrangeira (196), os periódicos de outras áreas (60). Em um segundo momento, foi feito o acesso ao site oficial de cada um dos 77 periódicos pré-selecionados, realizando uma análise dos seus editoriais para compreender o escopo de cada periódico e sua proveniência de cursos de Pós-graduação, garantindo a fidedignidade dos dados de pesquisa, conforme requer uma pesquisa quantitativa. O detalhamento desta etapa está disponível para consulta no Apêndice B, reduzindo de 353 para 22 títulos.

Fez-se necessária a conferência de atendimento ao critério “aqueles oriundos dos programas de Pós-graduação com mestrado e doutorado e com acesso livre”, que resultou em 10 títulos. A partir do momento em que o periódico atendeu a

seleção pretendida era listado na planilha, por ano e dentro deste, por número, artigo por artigo. Os campos das categorias nas planilhas foram preenchidos tais como estavam apresentados nos periódicos. Nos casos de dúvidas, como por exemplo, titularidade do autor, o arquivo na íntegra era acessado para complementar a coleta corretamente.

Optou-se pela coleta manual para maior aprofundamento no conhecimento de cada periódico, pois eles apresentam algumas características diferenciadas como seções específicas para artigos, outras para doutrinas estrangeiras ou autores convidados e outras para produções mais técnicas como jurisprudência e legislações. Isso contribuiu para a delimitação do número a ser pesquisado. Além disso, percebeu-se variações no nome dos autores, coautores e das instituições contidos nos campos das publicações, o que dificultaria o uso de alguma ferramenta para coleta.

Apresenta-se no Quadro 4, o resumo da estratégia de busca escolhida para a realização da coleta de dados.

QUADRO 4 – Resumo da Estratégia de busca

Recorte temporal	2017-2020 - último quadriênio avaliado pelo Qualis
Qualidade	Qualis - A1
Ferramentas: - Base de dados	Plataforma Sucupira/CAPES
Critérios analisados	* Nacionalidade brasileira; * Periódicos com escopo em Direito (que tenham em seu escopo editorial Direito como principal assunto) e cujos programas tenham cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> (mestrado e doutorado)
Corpus	Periódicos científicos selecionados
Área temática	Direito
Idioma	Português

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados, foram adotadas as seguintes categorias:

- Títulos das revistas científicas;
- Autor e coautoria
- Origem institucional do autor;
- Palavras-chave;
- Ano de publicação.

Tais categorias foram analisadas por meios de técnicas estatísticas descritivas e bibliométricas com frequência, ranking e distribuição, utilizando medidas descritivas para produção geral desses valores como quadros, nuvem de palavras e tabelas.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

No último quadriênio avaliado pela Qualis (2017-2020), qualificados no conceito A1, foram analisados 10 títulos de revistas científicas da área do Direito, em um total de 1.342 artigos.

4.1 TÍTULOS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS

O levantamento dos títulos, na plataforma Sucupira, retornou um primeiro resultado geral com 353 títulos (conforme apêndice A) que passaram posteriormente por análises que consideraram os seguintes critérios:

- 1) Revistas nacionais
- 2) Revistas científicas com foco em Direito.

Após essa análise, obteve-se o resultado de 22 títulos (apresentados no apêndice B).

Uma terceira análise foi utilizada considerando apenas as revistas editadas pelos Programas de Pós-graduação stricto sensu em Direito, tanto com mestrado quanto com doutorado. Como resultado, chegou-se a 10 títulos.

O Quadro 5 apresenta, em ordem alfabética, os 10 periódicos científicos analisados e distribuídos por título, Instituição/Programa de Pós-graduação e nota da CAPES, por ISSN, tipo de instituição, site do Programa, estado/região.

**QUADRO 5 – Periódicos selecionados Qualis A1 (2017-2020) -
Procedência, identificação, endereço eletrônico e localização geográfica**

Nº	TÍTULO	PROGRAMA/ INSTITUIÇÃO NOTA CAPES	ISSN	TIPO DE INSTITUIÇÃO	SITE	ESTADO REGIÃO
1	Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD / Universidade Federal do Ceará - UFC (4)	1807-3840	Pública	http://periodicos.ufc.br/nomos	Ceará Nordeste
2	Novos Estudos Jurídicos - NEJ	Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (6)	2175-0491	Privada	https://periodicos.univali.br/index.php/nej/index	Santa Catarina Sul
3	Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD / Pontifícia Universidade Católica do Rio do Sul - PUCRS (6)	1982-1921	Privada	https://dfj.emnuvens.com.br/dfj	Rio Grande do Sul Sul
4	Revista Brasileira de Estudos Políticos - RBEP	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD / Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (7)	2359-5736	Pública	https://www.periodicosde Minas.ufmg.br/periodicos/revista-brasileira-de-estudos-politicos/	Minas Gerais Sudeste
5	Revista da Faculdade de Direito UFPR	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD / Universidade Federal do Paraná - UFPR (6)	2236-7284	Pública	https://revistas.ufpr.br/direito	Paraná Sul
6	Revista de Direito Administrativo - RDA	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD / Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio) (5)	0034-8007	Privada	https://periodicos.fgv.br/rda/issue/archive	Rio de Janeiro Sudeste
7	Revista de Direito Público - RDP	Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional / Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) (5)	1806-8200	Privada	https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/about	Distrito Federal Centro- Oeste
8	Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais / Faculdade de Direito de Vitória - FDV (5)	2175-6058	Privada	https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias	Espírito Santo Sudeste
9	Revista Direito e Praxis	Programa de Pós-Graduação em Direito / Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (6)	2179-8966	Pública	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju	Rio de Janeiro Sudeste
10	Sequência Estudos Jurídicos e Políticos	Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (6)	0101-9562	Pública	https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15433	Santa Catarina Sul

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Conforme o Quadro 5, os periódicos científicos estão abrigados nos programas das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Percebe-se que a maioria das revistas científicas se concentra nos programas de Pós-graduação de universidades públicas e privadas localizadas nas regiões sul e sudeste. Do total, 40% estão na região Sudeste (dois no Rio Janeiro, um em Minas Gerais e um no Espírito Santo); outros 40% na região Sul (sendo dois em Santa Catarina, um no Paraná e outro no Rio Grande do Sul); 10% na região Centro-Oeste (Distrito Federal) e 10% do Nordeste (Fortaleza/Ceará). Identificou-se, ainda, que as instituições apresentam-se igualmente divididas, entre os tipos públicas e privadas: cinco revistas pertencem a instituições públicas e cinco revistas pertencem a instituições privada. Todas são detentoras de um número ISSN.

Além do acesso aos artigos pelos sites das revistas, eles também podem ser acessados a partir de vários indexadores que os disponibilizam em suas Bases de Dados, conforme informado nos próprios sites, como alguns representados na Figura 2.

FIGURA 2 - Bases de dados que indexam os periódicos



Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 6, a seguir, apresenta as características gerais de cada um dos títulos selecionados. Para melhor contextualização indicou-se o ano inicial da revista, sua periodicidade e as seções que estas apresentam.

QUADRO 6 – Caracterização dos periódicos Qualis A1 (2017-2020)

Nº	TÍTULO	ANO INICIAL	PERIODICIDADE	SEÇÕES
1	Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC	1978	Semestral	Artigos - Doutrina nacional e Doutrina estrangeira
2	Novos Estudos Jurídicos - NEJ	1995	Quadrimestral	Artigos
3	Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça	2007	Semestral	Editorial, Doutrina estrangeira, Doutrina Nacional
4	Revista Brasileira de Estudos Políticos - RBEP	1956	Semestral	Editorial, Artigos e outros
5	Revista da Faculdade de Direito UFPR	1953	Quadrimestral	Editorial e Artigos
6	Revista de Direito Administrativo - RDA	1945	Quadrimestral	Editorial, Artigos e Pareceres, decisões judiciais, administrativas e proposições legislativas
7	Revista de Direito Público - RDP	2004	Trimestral	Carta do editor, Doutrina nacional, Doutrina Estrangeira, Estudos jurídicos
8	Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	2006	Semestral	Apresentação e Artigos
9	Revista Direito e Praxis	2010	Trimestral	Apresentação, Artigos Dossiê, Traduções, Resenha
10	Sequência Estudos Jurídicos e Políticos	1980	Quadrimestral	Editorial e Artigos

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Sobre a data inicial dos periódicos científicos, verifica-se que a revista mais antiga é a Revista de Direito Administrativo (1945) do Programa de Pós-graduação em Direito da FGV e a mais jovem, a revista de Direito e Práxis (2010) do Programa de Pós-graduação em Direito da UERJ. Nota-se uma diferença de 65 anos entre uma e outra. Observa-se que após os anos 2000 foram criados quatro periódicos científicos. Assim como o ano de criação e periodicidade, suas seções são bem variadas contendo, além dos artigos, outros tipos de informações.

Quanto à periodicidade, foram considerados os dados do período estudado, sendo parâmetro, o último periódico, do último ano de avaliação. Quatro revistas declararam ser semestrais (duas de instituições públicas e duas de instituições privadas), quatro são quadrimestrais (duas de instituições públicas e duas de

instituições privadas), outras duas são trimestrais (uma de instituição pública e uma de instituição privada).

Tais resultados apontam para o fato de que a periodicidade das revistas, tanto originadas de instituições públicas quanto de instituições privadas são variáveis, podendo influenciar na quantidade de artigos por ano. É importante lembrar que a periodicidade é um dos critérios adotados tanto na avaliação do Qualis/CAPES, quanto para a indexação em algumas bases, como por exemplo no Scielo (2020). Como exemplo, dentre as 10 revistas pesquisadas, constata-se que apenas duas estão indexadas na base Scielo (Direito e Práxis e Sequência).

No último documento do Scielo (2020) sobre os critérios há também a recomendação da editoração por fluxo contínuo, o que já é adotado atualmente por muitas revistas, ou seja, à medida que recebem os originais, encaminham para a avaliação dos pares e ao retornar são publicados, incorporando o fascículo eletrônico continuamente (Sarmiento, 2023, p.34). Consequentemente, o processo de submissão e publicação fica mais ágil e as pesquisas são comunicadas mais rapidamente.

Constata-se que nos periódicos jurídicos é comum encontrar a subdivisão das revistas em seções. Identificou-se também que os periódicos publicam, além dos artigos científicos, outras formas de publicação técnica, como resenhas, traduções, pareceres e decisões judiciais, resgatando as observações dos autores que estudam as publicações da área do Direito (Nobre, 2009; Araújo, Miguel, 2017; Sarmiento, 2023).

Este fato remete a afirmação de Nobre (2009), que afirma que os periódicos científicos no Direito não diferem publicações científicas de publicações técnicas. Lembrando o apontamento de Sarmiento (2023), essa tendência na organização dos periódicos da área não é nova, na verdade, vem desde o primeiro periódico brasileiro. Percebe-se, então, que não há estímulo aos pesquisadores e editores da área do Direito para adotarem maior rigor científico.

Além disso, algumas revistas científicas apontam uma preferência pela publicação de artigos com determinadas temáticas. São temáticas contemporâneas como, por exemplo, questão de gênero, racismo, covid-19. Enquanto outras são mais generalistas (tratam de áreas diversas do Direito). Esta preferência por

temáticas influencia os resultados sobre determinados assuntos que, conseqüentemente, terão maior impacto no número de publicações.

4.2 AUTORIA E COAUTORIA

Foram encontrados na produção científica em artigos da área do Direito um total de 1.826 autores. A Tabela 1 apresenta os autores com maior número de publicações, em ordem decrescente, no período 2017-2020, nos periódicos selecionados, com demonstrativo anual e total de artigos no período.

TABELA 1 - Autores e quantidades de artigos por ano nos Periódicos Qualis A1 (2017-2020)

Nº	AUTOR	2017	2018	2019	2020	TOTAL DE PUBLICAÇÕES
1	Gabrielle Bezerra Sales Sarlet	3	0	3	2	8
2	Ingo Wolfgang Sarlet	2	1	1	3	7
3	Augusto Jobim do Amaral	2	0	3	1	6
4	José Sérgio da Silva Cristóvam	2	1	1	2	6
5	Lenio Luiz Streck	1	2	2	1	6
6	Maiquel Angelo Dezordi Wermuth	3	1	1	1	6
7	Rogério Gesta Leal	1	2	1	2	6
8	Sérgio Guerra	0	3	1	2	6
9	Wilson Engelmann	3	1	1	1	6
10	Celso Antonio Pacheco Fiorillo	2	1	0	2	5
11	Denise Lucena Cavalcante	0	3	1	1	5
12	Dhyego Câmara de Araujo	1	2	1	1	5
13	Floriano de Azevedo Marques Neto	0	2	1	2	5
14	Grace Ladeira Garbaccio	1	1	2	1	5
15	José Adércio Leite Sampaio	2	1	0	2	5
16	José Luis Bolzan de Moraes	0	1	3	1	5
17	José Rodrigo Rodriguez	3	0	0	2	5
18	Leonardo Monteiro Crespo de Almeida	0	1	3	1	5
19	Magno Federici Gomes	1	0	2	2	5
20	Renata Marques Ferreira	2	1	0	2	5
	TOTAL	29	24	27	32	112
	21 autores	4				84
	77 autores	3				231
	232 autores	2				464
	1.476 autores	1				1476
	TOTAL GERAL					2367

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

A Tabela 1 apresenta a produtividade individual, independentemente do tipo de autoria (única ou múltipla). Para os 20 primeiros autores que são os que produziram até cinco artigos cada, a tabela apresenta a quantidade de artigos publicados por ano. Apenas um autor produziu oito artigos no período, outro autor produziu sete artigos, enquanto sete produziram seis artigos e 11 produziram cinco artigos, totalizando 112 artigos.

Percebe-se que a produtividade dos autores não se relaciona ao fato de publicarem todo ano, como demonstra, por exemplo, o resultado das publicações do autor um. Entre os que mais publicaram, a média estatística foi de quase seis artigos por autor (5,6) em quatro anos.

Em retomada ao que esclareceu Lea Velho (1997) sobre as finalidades e públicos das produções científicas, conforme a literatura na área das ciências sociais e humanas observa-se pelo resultado da média de publicações na área do Direito, que apesar do aumento do número de publicações como artigos científicos, conforme Araujo e Miguel (2017), os livros parecem continuar em primeiro lugar na preferência por publicação da área do Direito. A Tabela 2 apresenta os autores mais produtivos com um recorte em que publicaram cinco ou mais artigos no período estudado.

TABELA 2 – Autores mais produtivos e origem institucional
Periódicos Qualis A1 (2017-2020) (continua)

	NOME	ORIGEM INSTITUCIONAL	QUANTIDADE DE ARTIGOS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL
01	Gabrielle Bezerra Sales Sarlet	UFC	8	0,34%
02	Ingo Wolfgang Sarlet	PUC RS	7	0,30%
03	Augusto Jobim do Amaral	PUC RS	6	1,75%
04	José Sérgio da Silva Cristóvam	UFSC		
05	Lenio Luiz Streck	UNISINOS		
06	Maiquel Angelo Dezordi Wermuth	UNISINOS E UNIJUI		
07	Rogério Gesta Leal	UNISC		
08	Sérgio Guerra	FGV- RJ		
09	Wilson Engelmann	UCS E UNOESC	5	2,31%
10	Celso Antonio Pacheco Fiorillo	UNINOVE FMU		
11	Denise Lucena Cavalcante	UFC		
12	Dhyego Câmara de Araujo	UFPR		
13	Floriano de Azevedo Marques Neto	USP		
14	Grace Ladeira Garbaccio	Université de Limoges e Universidade Paris		
15	José Adércio Leite Sampaio	PUC MINAS E ESDHC	5	2,31%
16	José Luis Bolzan de Moraes	FDV		
17	José Rodrigo Rodriguez	UNISINOS		
18	Leonardo Monteiro Crespo de Almeida	UFPE		

(conclusão)

19	Magno Federici Gomes	PUC MINAS		
20	Renata Marques Ferreira	ESA-OAB		
	TOTAL		112	4,70%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Os 11 autores que publicaram cinco artigos correspondem a 2,31% das publicações do período. Sete autores publicaram seis artigos, correspondendo a 1,75% do total. E os dois autores mais produtivos (um com oito artigos e um com sete artigos) correspondem a 0,64% do total de publicações. Olhando as instituições verifica-se que a produção dos autores está dispersa em 16 instituições.

Na Tabela 3 é possível verificar os dados da produtividade de cada autor, do total de 1.826 autores da área do Direito na amostra analisada.

TABELA 3 - Autores por frequência em publicação

FREQUÊNCIA	QUANTIDADE DE AUTORES	PERCENTUAL
8x	1	0,05%
7x	1	0,05%
6x	7	0,38%
5x	11	0,60%
4x	21	1,15%
3x	77	4,22%
2x	232	12,71%
Apenas 1x	1476	80,83%
TOTAL GERAL	1.826	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Aplicando a Lei de Lotka ou Lei do Inverso do Quadrado, $1/n^2$ que mede a produtividade de autores e enuncia que em um dado período de tempo, analisando um número n de artigos, o número de cientistas que escrevem dois artigos seria igual a $\frac{1}{4}$ do número de cientistas que escreveram um (Guedes e Borschiver, 2005, p. 5). Nesta análise o número de cientistas que escreveram dois artigos é 232 e um quarto do número que escreveram apenas um (1476) é 369. Esse resultado não corresponde a Lei de Lotka. Continuando, segundo a Lei, o número de cientistas que escreveram três artigos (77) seria igual a $\frac{1}{9}$ do número de cientistas que

escreveram um (1476:4) ou seja, 164. Ou seja, trazendo o que foi dito por Guedes e Borshiver (2005, p.5) sobre a solidez de uma área com a aplicação da Lei de Lotka, percebe-se que a área do Direito ainda não apresenta consistência em sua produtividade científica.

Para a Lei de Lotka, segundo Alvarado (2002), aproximadamente 60% dos autores de uma determinada área do conhecimento contribuem apenas com uma publicação. Neste caso, aplicando a lei na presente pesquisa, conclui-se que na área do Direito, sobre a produtividade dos autores, que dos 1.826 autores, foram 1.476 (80,83%) que publicaram apenas uma vez no período estudado, 20,83% mais do que o postulado pela lei, confirmando que ainda falta densidade.

Enquanto 232 autores publicaram duas vezes no período, 77 autores publicaram três vezes (4,22%), 21 autores, quatro vezes (1,15%), 11 autores publicaram cinco vezes (0,60%), sete publicaram seis vezes (0,38%) e apenas um publicou sete vezes, bem como um publicou oito vezes (0,05% cada), portanto, a Lei de Lotka não se aplica à área do Direito, devido à dispersão da área.

Percebe-se uma diferença significativa entre os autores que publicaram apenas uma vez para os que publicaram duas vezes. E comparado a porcentagem dos que publicaram mais vezes, pode-se afirmar que a premissa da lei que diz "que muitos publicam pouco e poucos publicam muito" não se aplica à produtividade do Direito, pois o número de publicações dos poucos autores que publicaram mais vezes é muito menor.

A Tabela 4 demonstra o percentual dos tipos de autorias e coautoria, que foram encontradas: individual (única) e múltipla (em duplas, trios e em grupos de quatro ou mais autores).

TABELA 4 - Distribuição dos autores por participação

TIPO DE AUTORIA	QUANTIDADE DE AUTORES	PERCENTUAL
Única	519	21,92%
Dupla	1.290	54,48%
Tripla	492	20,78%
Igual ou superior a 4	67	2,83%
TOTAL GERAL	2.368	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Os dados da Tabela 4 mostram que a área tem o maior percentual de publicações (54,48%) em dupla (1.290 autores), seja pelo fato de que a grande

maioria de autores são da mesma instituição, logo, as parcerias são intra-institucionais, conforme observado nas instituições de origem, publicações de discentes e seus orientadores.

Em seguida estão as publicações individuais, com o percentual de 21,92%, que corresponde a 519 autores. Observou-se que estas publicações são de docentes e estão relacionadas à obrigatoriedade de publicação em função do que é exigido para a avaliação da CAPES, aos Programas de Pós-Graduação.

4.3 ORIGEM INSTITUCIONAL DO AUTOR

Foram levantados os Programas de Pós-Graduação que abrigaram os autores e sua produção científica no período de coleta dos dados. Muitos pesquisadores publicaram em colaboração com autores da mesma instituição (interinstitucional), enquanto outros com parcerias de instituições diferentes (interinstitucional). Esse momento exigiu muito cuidado na coleta de dados, e, em alguns casos, além da consulta ao próprio artigo foi necessário consultar ao currículo do autor, devido à falta de padronização das informações pelas editoras.

A Tabela 5 apresenta as Universidades mais presentes nos artigos como instituição de origem do autor.

TABELA 5 – Ranking das IES como instituições de origem mais citadas nos artigos Qualis A1 (2017-2020)

(continua)

<i>RANKING</i>	UNIVERSIDADES	QTDE DE CITAÇÕES EM ARTIGOS	%
1°	Universidade Federal do Paraná - UFPR	55	3,29%
2°	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos	53	3,17%
3°	Universidade de Brasília - UnB	51	3,05%
4°	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	50	2,99%
5°	Universidade de São Paulo - USP	49	2,93%
6°	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	43	2,57%
7°	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	42	2,51%
8°	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	40	2,39%
9°	Universidade Federal do Ceará - UFC	35	2,09%
10°	Universidade de Fortaleza - UNIFOR	34	2,03%
11°	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	34	2,03%
12°	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP	31	1,85%
13°	Centro Universitário de Brasília - CEUB	26	1,55%
14°	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	26	1,55%

(conclusão)

15 °	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	25	1,49%
16 °	Fundação Getúlio Vargas - FGV Direito SP	21	1,26%
17 °	Faculdade de Direito de Vitória - FDV	20	1,20%
18 °	Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc	20	1,20%
19 °	Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM	19	1,14%
20 °	Fundação Getúlio Vargas - FGV Direito Rio	18	1,08%
21 °	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	18	1,08%
22 °	Universidade Católica de Brasília - UCB	18	1,08%
23 °	Universidade do Vale do Itajaí - Univali	18	1,08%
24 °	Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP	17	1,02%
25 °	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí	17	1,02%
26 °	Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter	16	0,96%
27 °	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	16	0,96%
28 °	Escola Superior Dom Helder Câmara	15	0,90%
29 °	Faculdade Meridional - IMED	15	0,90%
30 °	Universidade Federal do Pará - UFPA	15	0,90%
31 °	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI	15	0,90%
32 °	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas	13	0,78%
33 °	Universidade de Marília - UNIMAR	13	0,78%
34 °	Universidade Federal da Bahia - UFBA	12	0,72%
35 °	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	12	0,72%
36 °	Universidade Federal de Goiás - UFG	12	0,72%
37 °	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	12	0,72%
38 °	Universidade Federal Fluminense - UFF	12	0,72%
39 °	Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP	10	0,60%
40 °	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp	10	0,60%
41 °	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	10	0,60%
42 °	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa	10	0,60%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Foram listadas na Tabela 5, as 42 primeiras universidades, ou seja, as que foram indicadas 10 vezes ou mais nos artigos. A Universidade Federal do Paraná – UFPR lidera o ranking das instituições mais mencionadas nos artigos, a exemplo do estudo de Siburski; Araujo e Macedo (2021).

Apenas quatro universidades aparecem 50 ou mais vezes como instituições de origem dos autores, sendo três delas da região Sul do país. A Universidade Federal do Paraná – UFPR (55 vezes), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (53 vezes), Universidade de Brasília – UnB (51 vezes) e Universidade

Federal de Santa Catarina – UFSC (50 vezes). Estas cinco instituições representam 12,5% do total de instituições indicadas.

Quatro instituições se encontram entre 40 e 49 vezes como instituições de origem e representam 10,49% do total: Universidade de São Paulo – USP (49 vezes), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (43 vezes), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (42 vezes) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (40 vezes).

Outras quatro instituições estão entre 31 e 35 vezes apresentadas e representam 8% do total: Universidade Federal do Ceará – UFC (35 vezes), Universidade de Fortaleza – UNIFOR e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (34 vezes) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (31 vezes).

Seis instituições estão entre 20 e 26 vezes, representando 8,25% do total; 20 instituições estão entre 12 e 19 vezes, o que equivale a 18,18% do total; quatro instituições foram mencionadas 10 vezes, correspondendo a 2,4% do total.

A Tabela 6 apresenta a frequência das Universidades como instituições de origem dos autores, considerando a menção de uma vez até igual ou superior a 10 vezes.

TABELA 6 – Frequência das IES de origem dos autores

FREQUÊNCIA	QUANTIDADE DE IES	PERCENTUAL
Igual ou superior a 10x	42	10,47%
9x	3	0,75%
8x	3	0,75%
7x	5	1,25%
6x	10	2,49%
5x	10	2,49%
4x	20	4,99%
3x	18	4,49%
2x	55	13,72%
Apenas 1x	235	58,60%
Total Geral	401	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Verifica-se que o ranking das universidades mencionadas (igual ou superior a 10 vezes), apresentadas na Tabela 6, corresponde a 10,42% do total (42 universidades). Na outra ponta da tabela, com apenas uma menção estão 235 universidades, que correspondem ao maior percentual de indicação das universidades como instituição de origem (58,60%). Em seguida, 55 universidades foram indicadas apenas duas vezes o que equivalente a 13,72%.

Percebe-se, também, que uma parcela dos autores declararam estar abrigados no período da publicação do artigo, em instituições de outros países.

A Tabela 7 apresenta as instituições, nas quais os autores estão vinculados fora do Brasil.

**TABELA 7 – Países das Instituições de origem dos autores
Periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)**

Nº	PAÍSES	QUANTIDADE DE IES	PERCENTUAL	(continua)
01	Brasil	248	61,85%	
02	Itália	24	5,99%	
03	EUA	23	5,74%	
04	Espanha	19	4,74%	
05	Portugal	12	2,99%	
06	Alemanha	10	2,49%	
07	Colômbia	9	2,24%	
08	França	9	2,24%	
09	México	9	2,24%	
10	Argentina	6	1,50%	
11	Canadá	3	0,75%	
12	Inglaterra	3	0,75%	
13	Reino Unido	3	0,75%	
14	Chile	2	0,50%	
15	Madagascar	2	0,50%	
16	Paraguai	2	0,50%	
17	Peru	2	0,50%	
18	Angola	1	0,25%	
19	Armênia	1	0,25%	

(conclusão)

20	Bélgica	1	0,25%
21	Camarões	1	0,25%
22	Costa Rica	1	0,25%
23	Dinamarca	1	0,25%
24	El Salvador	1	0,25%
25	Equador	1	0,25%
26	Escócia	1	0,25%
27	Fiji	1	0,25%
28	Guatemala	1	0,25%
29	Países Baixos	1	0,25%
30	Roma	1	0,25%
31	Taiwan	1	0,25%
32	Venezuela	1	0,25%
	TOTAL	401	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Foram dispostos na Tabela 7, além do Brasil, mais 31 países. O Brasil aparece como o país com o maior número de Universidades (248 instituições) às quais os autores estão vinculados, o que corresponde a 61,85% do total. Esse número é reflexo da análise dos periódicos que são de nacionalidade brasileira. O Brasil é seguido pela Itália, Estados Unidos e Espanha, respectivamente com 24 instituições (5,99%), 23 instituições (5,74) e 19 instituições (4,74%) o que significa que as revistas científicas nacionais da área do Direito recebem submissões de autores estrangeiros.

Apenas seis países possuem 10 ou mais instituições, quatro países possuem apenas duas instituições; três países possuem apenas três instituições e 15 países possuem apenas uma instituição apontada.

A seguir a Tabela 8 apresenta as instituições de origem dos autores que mais publicaram.

TABELA 8 – Instituições de origem dos Autores mais produtivos

	ORIGEM INSTITUCIONAL	QUANTIDADE DE ARTIGOS	QUANTIDADE DE AUTORES
01	UNISINOS	17	3
02	UFC	13	2
	PUC RS	13	2
03	PUC MINAS	10	2
04	UFSC	6	1
	UNIJUÍ	6	1
	UNISC	6	1
	FGV- RJ	6	1
	UCS	6	1
	UNOESC	6	1
05	UNINOVE	5	1
	FMU	5	1
	UFPR	5	1
	USP	5	1
	ESDHC	5	1
	Université de Limoges E Universidade Paris 1	5	1
	FDV	5	1
	UFPE	5	1
	18		

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A UNISINOS lidera o ranking em artigos publicados entre os autores mais produtivos, contando com três autores e 17 artigos. Contudo, é no segundo lugar do ranking que está a instituição de origem da pesquisadora que mais publicou (8 artigos), a UFC, que também contou com outro autor, totalizando 13 artigos.

Observa-se que a autora que mais publicou está em uma instituição que ocupa o segundo lugar e entre os autores que mais publicaram e em quinto lugar em relação ao total de artigos publicados no período pesquisado. A UFC é uma universidade da região Nordeste que se destaca entre as primeiras que são do Sul e Sudeste do país.

Dividindo o segundo lugar também está a PUC RS liderando com 13 artigos e dois autores. O terceiro lugar ficou para a PUC Minas com 10 artigos e dois autores. A partir do quarto lugar, estão apenas um autor para cada instituição, sendo seis instituições com seis publicações por autor e em quinto lugar, com cinco artigos por autor.

4.4 PALAVRAS-CHAVE

Do total de revistas científicas que publicaram 1.342 artigos no período de 2017-2020 procedeu-se a análise das palavras-chave dos artigos, o que gerou 5.518 palavras-chave. Desse total foi subtraído as recorrências, obtendo-se 3.609 palavras-chave distintas.

A Tabela 9, demonstra a frequência da repetição das palavras-chave e sua porcentagem no universo pesquisado, comparando as que apareceram apenas uma vez e a quantidade do grupo de palavras que apareceram cinco vezes ou mais.

TABELA 9 - Maior e Menor Frequência das Palavras-chave nos periódicos selecionados Qualis A1 (2017-2020)

FREQUÊNCIA	QUANTIDADE DE PALAVRAS-CHAVE	(em percentual)
Igual ou superior a 5x	125	3,46%
Apenas 1x	2.953	81,82%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Conforme observa-se na Tabela 9, o maior percentual de palavras-chave (81,82%) é o que não tem recorrência, ou seja, palavras que aparecem apenas uma vez (2.953). As palavras que têm alguma recorrência ocupam o percentual restante, com 18,18% do total. Desse percentual, apenas 125 palavras igualam ou superam a repetição de 5 vezes, ou seja, 3,46% do total das 3.609 palavras distintas (conforme apêndice D).

A tabela 10, apresenta a distribuição da frequência e porcentagem das palavras recorrentes:

**TABELA 10 - Frequência das Palavras-chaves
nos periódicos selecionados Qualis/CAPES A1 (2017-2020)**

FREQÜÊNCIA	QUANTIDADE DE PALAVRAS-CHAVES	(em percentual)
Igual ou superior a 10x	40	1,11%
9x	9	0,25%
8x	17	0,47%
7x	13	0,36%
6x	16	0,44%
5x	30	0,83%
4x	60	1,66%
3x	120	3,33%
2x	351	9,73%
Apenas 1x	2.953	81,82%
Total	3.609	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Constata-se que existe uma grande variação das palavras apresentadas e assuntos pesquisados. E a Tabela com o total de 125 palavras mais recorrentes (igual ou superior a 5x) está no Apêndice D.

A seguir, estão representadas na Tabela 11, com destaque as palavras que tiveram uma recorrência igual ou superior a 10x. Neste caso, a escolha por esta recorrência (10x) possibilita a apresentação das 40 palavras mais citadas. É importante salientar que as palavras-chave foram inseridas na tabela exatamente como aparecem nos artigos.

**TABELA 11 – Palavras-chave mais recorrentes nos artigos
Qualis/CAPES A1 (2017-2020)**

(continua)

Nº	PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA	FREQÜÊNCIA (em percentual)
1	Direitos humanos	63	1,14%
2	Direitos fundamentais	56	1,01%
3	Democracia	53	0,96%
4	Supremo Tribunal Federal (STF)	35	0,63%
5	Covid-19	30	0,54%
6	Direito	28	0,51%
7	Constitucionalismo	20	0,36%
8	Corrupção	20	0,36%

(conclusão)

9	Constituição	19	0,34%
10	Liberdade de expressão	19	0,34%
11	Políticas Públicas	19	0,34%
12	Regulação	17	0,31%
13	Pandemia	16	0,29%
14	Segurança jurídica	16	0,29%
15	Acesso à Justiça	15	0,27%
16	Direito Administrativo	15	0,27%
17	Dignidade da pessoa humana	14	0,25%
18	Desenvolvimento	13	0,24%
19	Direito comparado	13	0,24%
20	Administração Pública	12	0,22%
21	Ativismo judicial	12	0,22%
22	Biopolítica	12	0,22%
23	Cidadania	12	0,22%
24	Estado	12	0,22%
25	Brasil	11	0,20%
26	Direito à Saúde	11	0,20%
27	Eficiência	11	0,20%
28	Hermenêutica	11	0,20%
29	História do Direito	11	0,20%
30	Justiça	11	0,20%
31	Poder Judiciário	11	0,20%
32	Processo penal	11	0,20%
33	Análise econômica do direito	10	0,18%
34	Controle de constitucionalidade	10	0,18%
35	Criminologia crítica	10	0,18%
36	Direito constitucional	10	0,18%
37	Judicialização	10	0,18%
38	Jurisdição Constitucional	10	0,18%
39	Neoliberalismo	10	0,18%
40	Proteção de dados	10	0,18%
	TOTAL 40	709	12,85%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Conforme demonstra a Tabela 11, as três palavras-chave mais citadas (acima de 50 vezes), se destacam na análise estatística, com maior frequência, nesta ordem: “Direitos humanos” com 63 ocorrências (1,14% do total), “Direitos fundamentais” com 56 ocorrências (1,01% do total) e “Democracia” com 53 ocorrências (0,96% do total). Ainda assim, a recorrência destas palavras somadas representa menos de 4% do total de palavras-chave destacadas nos artigos publicados (3,11%).

O total das palavras-chave mais recorrentes (igual ou superior a 10 vezes) na Tabela 11 reúne 40 palavras-chave e correspondem a 12,85% do total, o que demonstra a pulverização de temas na área do Direito.

O pesquisador, assim como os editores dos periódicos científicos, parece não ter acesso aos conhecimentos de termos de vocabulário controlado para as escolhas das palavras-chave. Como afirma Soares (2014, p.120) “o exame da literatura especializada parece indicar uma apreciação negativa em relação a grande parte dos periódicos jurídicos brasileiros atuais no que concerne aos aspectos formais de qualidade”. Tem-se como exemplo o uso da palavra “Desenvolvimento”, que sozinha não forma um termo. Isso demonstra a falta de padronização de metadados no processo de indexação das publicações desta área. Segundo Soares (2014, p.132) “alguns outros itens, como “normas de publicação”, “resumo” e “descritores” não foram observados pela maior parte dos títulos” pesquisados em seu estudo, o que reflete certa fragilidade de dimensões que definem a qualidade de um periódico, que faz parte da sua estruturação e que não pode ser desprezada. É consequência da possível falta de estrutura nas equipes de produção e manutenção editorial, que é um problema enfrentado pelos periódicos científicos da área, conforme Araújo e Miguel (2017, p. 51).

A análise dos termos do Direito proporcionou também palavras-chave não específicas do vocabulário da área de Direito. De forma similar aos estudos anteriormente apresentados, observa-se também que os autores pesquisados utilizam com certa recorrência as palavras-chave relacionadas ao contexto atual em que a sociedade vive, como com as palavras “Corrupção”, “Covid-19”, “Liberdade de expressão”, “Acesso à justiça”, isso se atribui ao fato de que o Direito é uma Ciência Social Aplicada, e como tal, reafirma também que a ciência do Direito está presente no contexto em que a sociedade está inserida, resgatando Torres e Almeida (2013).

Palavras-chave como “Biopolítica”, “Ativismo judicial” e “Proteção de dados” despertam para o fato de que essa preferência pode estar ligada, como já foi exposto por Souza e Almeida (2013), ao fato de que o Direito não é estático. Ao regular os comportamentos da sociedade, são necessárias novas pesquisas e alterações em suas regulamentações e inclusive definições de terminologias e conceitos (ex: Biopolítica).

Algumas revistas utilizam recursos como nuvens de palavras em seus sites, como forma de representação visual das palavras-chave que se destacam por terem maior frequência/importância nos artigos publicados. A título de ilustração, apresenta-se na figura 3 a representação das palavras-chave mais recorrentes nos artigos publicados nos periódicos selecionados, na forma de uma nuvem de palavras.

FIGURA 3 – Palavras-chave mais frequentes nos periódicos Qualis/CAPES A1 (2017-2020)



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que, apesar de se dividir o número total de palavras-chave por artigo, tem-se uma média de aproximadamente quatro palavras-chave por artigo. Percebe-se ainda uma grande variação entre a quantidade e qualidade da escolha das palavras-chave utilizadas entre algumas revistas. Alguns artigos apresentam palavras inadequadas, demonstrando uma falta de padrão nas revistas em relação ao cadastro destas ou a falta de um vocabulário controlado.

O número de palavras é extenso, mas a falta do uso do vocabulário controlado pela maioria dos editores de periódicos pode obscurecer o caminho desta área. Um exemplo dessa fragilidade foi encontrar frases no campo das palavras-chave. Este fato aponta para a ideia de que a área precisa se organizar em relação à organização ontológica e web semântica para a construção das palavras-chave que melhor orientem o leitor sobre o conteúdo de seus artigos.

A Norma Técnica NBR 6058 (ABNT) prevê que as palavras-chave deveriam ser representativas dos assuntos dos artigos, inclusive, com o uso do vocabulário controlado. Entretanto, confirma-se pelos resultados obtidos que a maioria das

palavras-chave pesquisadas na área do Direito não se relacionam com um vocabulário controlado, contrapondo a norma técnica específica.

4.5 ANO DE PUBLICAÇÃO

Por meio da categoria ano de publicação foi possível perceber uma irregularidade no crescimento de artigos publicados durante os quatro anos pesquisados. Os números de artigos publicados por ano no período de 2017-2020 são demonstrados na Tabela 12.

ANO	ARTIGOS PUBLICADOS
2020	367
2019	324
2018	323
2017	328
TOTAL GERAL	1.342

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

O ano mais produtivo foi 2020 com 367 artigos, enquanto o ano de 2018 foi o menos produtivo com 323 artigos. Contudo, a variação de artigos publicados é pequena entre os anos 2017, 2018 e 2019 (1 a 5 artigos), e teve alteração pouco mais significativa apenas em 2020 considerando os três anos anteriores.

A Tabela 13 Distribui os títulos dos periódicos científicos por ano de publicação. Considerando o número de artigos por exemplar, observa-se o ranking de produção na Tabela 13.

TABELA 13 – Periódicos científicos por número de publicações e por ano (continua)

Nº	REVISTA	2017	2018	2019	2020	TOTAL GERAL	TOTAL EM PERCENTUAL
1º	Revista de Direito Público - RDP	39	38	50	86	213	15,87%
2º	Revista Direito e Praxis	48	48	48	48	192	14,31%
3º	Novos Estudos Jurídicos - NEJ	37	46	42	43	168	12,52%
4º	Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC	33	36	31	23	123	9,17%
5º	Sequência Estudos Jurídicos e Políticos	27	27	30	32	116	8,64%
6º	Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	32	22	31	29	114	8,49%
7º	Revista Brasileira de Estudos Políticos - RBEP	31	28	26	26	111	8,27%
	Revista da Faculdade de Direito UFPR	37	26	24	24	111	8,27%

(conclusão)

8º	Revista de Direito Administrativo - RDA	25	33	24	25	107	7,97%
9º	Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça	19	19	18	31	87	6,48%
	TOTAL	328	323	324	367	1.342	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

A Revista de Direito Público (RDP) aparece em primeiro lugar no ranking com maior número no total de artigos no período, 213 artigos, que correspondem a 15,87%. A despeito dos anos 2017 e 2018 que não obtiveram o maior número de artigos anuais em relação às demais revistas. A Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça é a que menos publicou nos quatro anos (87 artigos) no total (6,48%). Os periódicos Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP) e Revista da Faculdade de Direito UFPR ocupam ambas, o sétimo lugar no ranking (em negrito na tabela), com 111 artigos publicados, que representam 8,27% de artigos. A Revista Direito e Praxis obteve o mesmo número de artigos em cada ano (48 em cada ano), totalizando 192 artigos no período de quatro anos (14,31%).

A produtividade dos periódicos mais detalhada, por região do Brasil, no período analisado está disposta na Tabela 14.

TABELA 14 – Produtividade dos periódicos por região Qualis/CAPES A1 (2017-2020)

PERIÓDICO	ARTIGOS POR REGIÃO	PERCENTUAL POR REGIÃO	REGIÃO
Revista da Faculdade de Direito UFPR	509	37,93%	Sul
Novos Estudos Jurídicos - NEJ			
Sequência Estudos Jurídicos e Políticos			
Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça	497	37,03%	Sudeste
Revista Direito e Praxis			
Revista de Direito Administrativo - RDA			
Revista de Direitos e Garantias Fundamentais			
Revista Brasileira de Estudos Políticos - RBEP	213	15,87%	Centro-Oeste
Revista de Direito Público - RDP			
Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC	123	9,17%	Nordeste

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

No ranking de produtividade dos autores que publicaram nos periódicos selecionados por região do Brasil, o Sul aparece em primeiro lugar com a publicação de 509 artigos, que corresponde a 37,93% do total da produção no período. O Sul é

composto por quatro revistas (40% do total de periódicos avaliados). O Sudeste está em segundo lugar de produtividade, com 497 artigos que correspondem a 37,03% do total, sendo composto também por quatro revistas (40% do total de periódicos avaliados). O Centro-oeste está em terceiro lugar no ranking de produtividade com 213 artigos que correspondem a 15,87% do total. Contudo, vale destacar que a produção desta região é concentrada em apenas uma revista (10% do total de periódicos avaliados). Da mesma forma, o Nordeste conta com apenas uma revista e contou com 123 artigos publicados, que correspondem a 9,17% da produção total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O periódico científico é um canal formal importante na disseminação de novos conhecimentos. Observa-se na área do Direito um aumento dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* nos últimos anos e, em consequência, um aumento da produção científica, principalmente por meio de artigos científicos. Os autores estão abrigados em instituições de ensino e pesquisa, onde há certa exigência de produções anuais para fins de avaliação junto à CAPES. O comportamento desta produção científica no Direito oferece um panorama abrangente das publicações na área.

Há uma concentração dos títulos das revistas científicas selecionadas nos programas das regiões Sul e Sudeste, ou seja, concentração de 80% dos periódicos analisados estão nestas regiões. No entanto, este comportamento segue as demais áreas científicas que também se desenvolveram mais nestas regiões Sudeste e Sul.

Quanto à autoria, identificou-se que a área jurídica tem uma preferência pela publicação em duplas ou em parceria com poucos autores, especialmente quando comparadas a outras áreas científicas que apresentam muitos autores em um só artigo. São poucas publicações por autor uma vez que a maioria dos pesquisadores publicou uma única vez. Houve um crescimento na publicação de artigos científicos de 2017 a 2020, porém muito pequena, sendo o último ano o mais produtivo. Assim, verifica-se que a pesquisa em Direito ainda está em construção, carecendo de incentivos e políticas institucionais. A aplicação da Lei de Lotka confirma essa falta de densidade na produção científica da área.

Foram encontradas 3.609 palavras-chave diferentes que derivam de um total de 5.518 palavras-chave, de modo que 81,82% das palavras-chave aparece somente uma vez. Conforme as análises realizadas percebeu-se que a maior frequência de palavras-chave é referente às temáticas da teoria do Direito, assim como identificou-se que não há padronização nas editoriais das revistas científicas e os pesquisadores parecem não conhecer ou não utilizam, o vocabulário controlado, o tesouro, o glossário, entre outros, existentes na área.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) lidera o ranking das instituições mais mencionadas nos artigos. Apenas quatro universidades aparecem 50 ou mais vezes como instituições de origem dos autores, sendo três delas da região Sul do país. E, além do vínculo com as universidades brasileiras, o pesquisador da área do

Direito abrigado em instituições no exterior também publicam muito (aproximadamente 40%) nos periódicos científicos brasileiros de Direito.

Os pesquisadores da área do Direito ainda consideram as publicações técnicas como científicas. Com isso, apontam uma fragilidade na questão dos critérios e do rigor científico como a metodologia e a revisão por pares.

Assim, apesar dos esforços da área e do crescimento na quantidade de publicações, ainda é necessário muito aperfeiçoamento da produção científica em artigos na área do Direito. Para o crescimento e desenvolvimento dessa produção científica é necessário o aumento do número de pesquisas e amadurecimento em alguns aspectos como a questão epistemológica da área. Percebe-se, ainda, que a pesquisa científica como de fato deve ser planejada com um problema formulado, escolha de uma metodologia e resultados, no Direito ainda é confundida com atividades técnico-profissionais buscando um argumento e fundamentação na lei e nas decisões judiciais. Soma-se a isto, o fato de vários periódicos apresentarem seções de outros tipos de publicação como resenhas e legislações, como desde os primórdios dos periódicos da área.

Esta pesquisa não esgota o assunto, mas reflete a análise de um recorte da produção científica do Direito. Recomenda-se estudos mais amplos abrangendo outras classificações do estrato Qualis e outros períodos. Estudos mais robustos que abordem outros aspectos como questões mais específicas sobre os termos de recuperação da informação em Direito, sobre o comportamento dos docentes em relação à produção científica, principalmente nas áreas não contempladas neste estudo como em outras regiões do Brasil. Estudos que ampliem também as áreas avaliadas em outras bases de periódicos, como as bases que contemplam os periódicos dos tribunais.

Espera-se que estudos como este e como os sugeridos ampliem as discussões sobre a produção científica da área e contribuam para o aprimoramento do trabalho dos editores de periódicos científicos.

Ressalta-se que o uso da bibliometria para esta análise corroborou para a confirmação de que falta mais consistência na produção científica dos artigos da área do Direito e por isto, a importância de estudos mais aprofundados. Por fim, feitas as análises propostas, espera-se que esta pesquisa e as sugestões refletidas contribuam para novos olhares sobre as contribuições da Ciência da Informação no

fortalecimento da produção científica em diferentes áreas, como a analisada do Direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lima de et al. **Instituições de direito público e privado**: livro didático.. 1. ed. rev. Palhoça: UnisulVirtual, 2011. 289 p.

ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 31, n. 2, 2002. DOI: 10.18225/ci.inf.v31i2.956. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/956>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A bibliometria: história, legitimação e estrutura. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 185-217. (Sala de aula; 5)

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. **A Lei de Lotka e a produtividade dos autores**. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. b

ALVES, MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais** - Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2a ed. São Paulo: Thompson, 1999.

ARAÚJO, Paula Carina; MIGUEL, Sandra. Motivações dos discentes do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para publicar em periódicos científicos no domínio do Direito. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 22, n.1, p. 38-56, jan-mar/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2710>

ARAÚJO, P. C. de; SCHIOCCHET, T. O resumo e a mobilização dos recursos metodológicos em teses do direito. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 31, p. 1–25, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n1.57984. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57984>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023, 23 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021, 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2a ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015, 3 p.

BARATA, R. de C.B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. Revista Brasileira de Pós-graduação, [s.l.], V.13, 30, 2016. Disponível em: <http://rbpg.CAPES.gov.br/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BARBALHO, C. R. S. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Organizadoras). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. Cap. 5. p. 123-158.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (org.) **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201-225.

BRAGA, Gilda Maria. A representação da informação na reconstrução do texto. In COLÓQUIO: ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ENFOQUES E PERSPECTIVAS. Resumos... Rio de Janeiro: IBICTCNPq, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://www.sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 21 fev. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Diretoria de Avaliação DAV. **Ficha de avaliação**: área 26 – Direito. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centraisdeconteudo/documentos/avaliacao/copy_of_FICHA_DIREITO_2_ATUALIZADA.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Diretoria de Avaliação DAV. **Relatório de avaliação 2017-2020** - Área Direito - Avaliação Quadrienal. Brasília, DF: CAPES, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_relatorio_avaliacao_quadrienal_com-nota-direito_ok.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Diretoria de Avaliação DAV. **Relatório de critérios Qualis Referente 2017-2018** - Área Direito. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-direito-pdf>. Acesso: 21 mar 2022.

BROOKES, B.C. Numerical methods of bibliographical analysis. **Library Trends**, v. 22, n. 1, p. 18-43, July 1973

BORKO, H. **Information Science**: What is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre)

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652005000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 abr 2021.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 4a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CASTRO, Júlio Vitor Rodrigues de. **Análise da produção científica dos pesquisadores em Ciência da Informação nos periódicos Brasileiros**, 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-86XH82>. Acesso: 20 abr 2021.

COTRIM, Gilberto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004. 583 p.

FRANCISCHETTO, G. P. P. Os cursos de direito como espaços de produção e difusão do conhecimento. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 7–12, 2023. DOI: 10.18759/rdgf.v24i2.2397. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/2397>. Acesso em: 7 dez 2023.

FERRAZ, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 279–303, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1106>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GABARDO, E.; HACHEM, D. W.; HAMADA, G. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Revista do Direito**, n. 54, p. 144-185, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12000> Acesso: 12 jan 2023

GAMEIRO, Ian Pimentel. GUIMARÃES FILHO, Gilberto. O mapa da pós-graduação em Direito no Brasil: uma análise a partir do método social Network Analysis. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.891-920, set-dez 2017 Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/73332/70471> Acesso: 10 nov. 2023

GALVIN, Thomas J. Pittsburgh. University of Pittsburgh Graduate School of Library and Information Sciences. In: **Encyclopedia of Library and Information Science**, ed. Allen Kent, Harold Lancour, and Jay E. Daily. New York: Marcel Dekker, 22: 280-91. 1977

GARVEY, W. D. **Communication the essence of science**. Oxford, Pergamon Press, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a ed. São Paulo: Thompson, 2008.

GOMES, Eliane Azevedo. **Participação das coleções do Portal de Periódicos da CAPES na produção científica dos pesquisadores da área de Direito no triênio 2010-2012: um estudo bibliométrico**. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia.

GOMES, Eliane Azevedo. ODDONE, Nanci. Contribuição do portal de periódicos da CAPES para a produção científica dos pesquisadores brasileiros no campo do Direito - um estudo bibliométrico. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 70-87, set./2020, fev./2021

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: **Proceedings CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação**, 6, Salvador - Bahia, 2005. Disponível em: <http://cinform-antteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 14/01/2023

GUIRADO, Jane. **Produção científica da área das Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indexada nas bases de dados Web of Science e SCOPUS (2007-2012)**. 213f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Ciência da Informação, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7EKLH> Acesso: 10 jul 2021

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation**. Westport (CT): Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS) part. 1. **Knowledge Organization**, v.45, n. 3, p. 232-254, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325773742_Library_and_Information_Science_LIS_Part_1 Acesso: 16 out 2021

HOUGHTON, B. **Scientific periodicals: their historical development, characteristics and control**. London: The Central Press, 1975.

KAPLAN, N. STORER, N. Scientific communication. In: SILLS, D.L. **International Encyclopedia of the Social Sciences**, New York Macmillan, v.14, p.112-117. 1968.

KOKOL, A. F.; MENEGHETTI, R.G.K. A contribuição da pesquisa no Direito para o ensino jurídico no Brasil. In: **XIX Encontro Nacional do Conpedi**, 2010, Fortaleza-CE. Direitos Fundamentais e Transdisciplinariedade, 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debate, 115) - Edição comemorativa dos 50 anos com ensaio introdutório de Ian Hacking.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, Gisele; CRUZ, Ramiro Luiz Pereira da. O significado da doutrina para a Ciência do Direito. **Jornal Jurid**, [S. l.], 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/o-significado-da-doutrina-para-a-ciencia-do-direito1>. Acesso em: xx de xx de 2023

MACULAN, B. C. M. dos S. **Manual de Normalização**: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <http://normalizacao.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p

MARTINHO, Ana Maria de Sá Osório Figueiredo. **Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento**: uma perspectiva bibliométrica. 264f. Tese (Doutorado em Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades) Programa de Doctorado: D264: Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades. Departamento de Ciencias Sanitarias y Médico-Sociales. Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2011.

MEADOWS, Arhtur Jack. **A Comunicação científica**. São Paulo: Briquet de Lemos, 1999.

MENZEL, H. Scientific communication: five themes from social science research. **American Psychologist**, Washington, v. 21, n. 10, p. 999-1004, Oct. 1966.

MENZEL, Herbert. **The flow of information among scientists - problems, opportunities, and research questions**. New York: Columbia University, Bureau of Applied Social Research, 1958.

MIRANDA, A. L. C. Produção científica na ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 5-6, 1998.

MIRANDA, Angélica C. D.; DAMASIO, Edilson, FIRME, Simone Machado (org.). **Ciência Aberta**: Visão e contribuição a partir dos periódicos científicos. Porto Alegre: Ed. Da FURG, 2020. 176p. Acesso em: <http://repositoria.furg.br/handle/1/8792> Acesso em agosto 2022.

MUELLER, S... A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In*: CAMPELLO, B. CENDÓN, B. KREMER, J. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte UFMG, 2003. p. 21-8

MUELLER, S.. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006.

MUELLER, S.. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74989>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MUELLER, S.. Estudos métricos da informação em ciência e tecnologia no Brasil realizados sobre a unidade de análise artigos de periódicos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 6-27, maio 2013 - <http://www.ibict.br/liinc>

MUELLER, S.. O impacto das tecnologias da informação na geração do artigo científico: tópicos para o estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

MUELLER, S.. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia (org.) **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EduFBA, 2007, p. 125-144

MUELLER, S.. Popularização do conhecimento científico. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr02/Art_03.htm. Acesso em: 15 jan. 2022

MUELLER, S.. A publicação da ciência: áreas Científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: http://dgz.org.br/fev05/F_I_art.htm. Acesso em fev. 2022.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E.J. L. As questões da comunicação científica e a Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E.J. L. (Orgs.). **Comunicação científica**. Brasília: 2000. p. 13-22.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

MUGNAINI, Rogério. **A bibliometria e a literatura científica** - estratégias baseadas em métricas Vídeo Transmissão Youtube. In: <https://unifesp.br/eventos-antteriores/item/6159-a-bibliometria-e-a-literatura-cientifica-estrategias-baseadas-em-metricas>. 25 de novembro de 2022. Acesso em: 10 de jan. 2024.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. In: **Cadernos Direito GV**, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n.º 1, set. 2009, pp. 3-19.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de. **Qualidade dos periódicos científicos: um modelo-síntese para avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação**. 2017. 282 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBDAXZM69>. Acesso: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, João R. A.; COSTA, Tágory F.M. **Instituições de direito público e privado**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2016.

OLIVEIRA, Jordan Vinícius de. **“Sobre ombros de gigantes”**: Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito/ Jordan Vinícius de Oliveira. 2018. 76f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, Marlene. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 2, v. 6, 2001.

OLIVEIRA, Marlene. Origens e evolução da Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, M. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005. Cap. 1, p. 9-28.

ORTEGA, C. D.; LARA, M.L.G. A noção de documento: de Oltlet aos dias de hoje. **DataGrama Zero**, v. 11, abr. 2010.

PASSOS, Edilenice. O Futuro da Biblioteca Jurídica. **Infolegis**, Brasília, v. 2, n. 2, p.12-43, maio 2005. Disponível em: http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

PASSOS, Edilenice. BARROS, Lucivaldo. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006

PRADO, E. C. DO; SANTOS, C.M. dos PEREIRA JUNIOR, A. M. Pós-graduação stricto sensu em Direito onde e como se forma o docente dos cursos de graduação. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, [S.l.], v. 12, n. 28, 2015. Disponível em: <https://rbpg.CAPES.gov.br/rbpg/article/view/814>Acesso: 12 jan 2024

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 25, n.4, p. 348-349, Dec. 1969.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito** (trad. Cabral de Moncada). 6. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1979

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2008.

RODRIGUES, Kátia de O. **Fatores que Influenciam o comportamento de citação de docentes/pesquisadores do campo da cancerologia brasileira**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). 323f, 2017. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AV3HA9> Acesso em: 02 fev. 2024

ROSS, Alf. **Direito e Justiça** (trad. Edson Bini). Bauru: Edipro, 2000.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SALGADO, Gisele Mascarelli. Direito Público e Direito Privado: Uma eterna discussão. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9178&revista_caderno=15>. Acesso em: 28 mar 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARMENTO, Adriana Godoy da Silveira. **Critérios e indicadores para avaliação de revistas científicas: uma análise de revistas brasileiras da área do Direito**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**, 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

SIBUSRKI, Natalia Maria; ARAÚJO, Paula Camila; MACEDO, Lucilene Pessoa. Indicadores da produção científica periódica dos docentes dos programas de Pós-graduação em Direito do Sul do Brasil. Resumo. **Fórum de Estudos em Informação, Sociedade e Ciência** - 4. Feisc de 16 a 19 de novembro de 2021 realizado em Porto Alegre, UFRGS. p. 91-92.

SILVA, Sônia Mônica da. **A produção científica da Ciência da Informação no Brasil. Análise do período 2010 a 2020 nas bases de dados Scopus e Web of Science**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SOARES, Cristiano Quintela. Um olhar sobre os periódicos jurídicos nacionais. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 120-135, 2014.

SPERA, Henrique Baraldi e MUGNAINI, Rogério. Características da produção científica em direito: desafios para a avaliação. 2019, **Anais**. Florianópolis: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002976568.pdf>. Acesso em: 29 de jun 2022.

SPINAK, E. **Dicionario enciclopédico de bibliometria, cienciometria e informetria**. Caracas: UNESCO, 1996 citado por VANTI, Nádia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados

para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

TORRES, Simone; ALMEIDA, M. B. **Introdução ao estudo da documentação jurídica: a caracterização do documento jurídico**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013. v. 1. 134p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. **Diretrizes para normalização de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária - Sistema de Bibliotecas da UFMG, 2023

VARELLA, Marcelo. Quem influencia a pós-Graduação em Direito no Brasil? Uma análise empírica da nucleação acadêmica. **Revista de Direito Brasileira**, [S.l.], v. 12, n. 5, p. 111-127, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2817>>. Acesso em: 07 fev 2024.

VARELLA, M. D.; ROESLER, C. R. Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 9, n. 18, 31 dez. 2012

WERSING, G; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, Dec. 1975.

VANTI, Nádia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de. **Qualidade dos periódicos científicos: um modelo-síntese para avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação**. 2017. 282 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBDAXZM69>. Acesso em: 22 dez. 2022.

VELHO, Léa. A ciência e seu público. **Transinformação**, v. 9, n. 3, p. 15-32 set./dez. 1997.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1979.

APÊNDICE A – Títulos dos periódicos na plataforma Sucupira com critérios Qualis A1 - Direito (2017-2020)

Nº	ISSN	TÍTULO	AREA	QUALIS
01	2237-8723	ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL	DIREITO	A1
02	0102-700X	ACERVO (RIO DE JANEIRO)	DIREITO	A1
03	0186-6028	ACTA SOCIOLOGICA	DIREITO	A1
04	1676-9457	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM REVISTA	DIREITO	A1
05	2316-7548	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM REVISTA	DIREITO	A1
06	1005-0078	ADMINISTRATIVE LAW REVIEW	DIREITO	A1
07	0002-0591	AFRO-ÁSIA (UFBA. IMPRESSO)	DIREITO	A1
08	2236-4633	ALMANACK	DIREITO	A1
09	1066-2316	AMERICAN JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE	DIREITO	A1
10	2398-7723	AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW	DIREITO	A1
11	0090-0036	AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH (1971)	DIREITO	A1
12	1465-7252	AMERICAN LAW AND ECONOMICS REVIEW (PRINT)	DIREITO	A1
13	0101-4714	ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA, CULTURA E MATERIAL (IMPRESSO)	DIREITO	A1
14	2076-2615	ANIMALS	DIREITO	A1
15	1983-201X	ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)	DIREITO	A1
16	0003-603X	ANTITRUST BULLETIN	DIREITO	A1
17	0003-6056	ANTITRUST LAW JOURNAL	DIREITO	A1
18	0212-0364	ANUARIO DE DERECHOS HUMANOS	DIREITO	A1
19	1870-4654	ANUARIO MEXICANO DE DERECHO INTERNACIONAL	DIREITO	A1
20	2448-7872	ANUARIO MEXICANO DE DEREITO INTERNACIONAL	DIREITO	A1
21	1575-6823	ARAUCARIA (MADRID)	DIREITO	A1
22	2340-2199	ARAUCARIA: REVISTA IBEROAMERICANA DE FILOSOFÍA, POLÍTICA Y HUMANIDADES	DIREITO	A1
23	0003-892X	ARCHIV DES VÖLKERRECHTS	DIREITO	A1
24	1068-2341	ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES	DIREITO	A1
25	1984-7505	ARETÉ (MANAUS)	DIREITO	A1
26	0920-427X	ARGUMENTATION (DORDRECHT)	DIREITO	A1
27	2176-9575	ARGUMENTUM (VITÓRIA)	DIREITO	A1
28	2340-5155	ARS IURIS SALMANTICENSIS	DIREITO	A1
29	0001-2343	ARSP. ARCHIV FÜR RECHTS- UND SOZIALPHILOSOPHIE	DIREITO	A1
30	0924-8463	ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND LAW	DIREITO	A1
31	1414-4077	AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	DIREITO	A1
32	2145-4515	AVANCES EN PSICOLOGIA LATINOAMERICANA	DIREITO	A1
33	2176-4573	BAKHTINIANA: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO	DIREITO	A1
34	2159-4627	BEIJING LAW REVIEW	DIREITO	A1
35	2159-4635	BEIJING LAW REVIEW	DIREITO	A1
36	0959-8138	BMJ. BRITISH MEDICAL JOURNAL (CLINICAL RESEARCH ED.)	DIREITO	A1
37	2675-1488	BOLETIM DE CONJUNTURA - BOCA	DIREITO	A1
38	0041-8633	BOLETÍN MEXICANO DE DERECHO COMPARADO	DIREITO	A1
39	1981-3821	BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW	DIREITO	A1
40	1983-8239	CADERNO CRH (ONLINE)	DIREITO	A1
41	0103-4979	CADERNO CRH (UFBA. IMPRESSO)	DIREITO	A1
42	2340-860X	CADERNOS DE DEREITO ACTUAL (IMPRESSO)	DIREITO	A1
43	2386-5229	CADERNOS DE DEREITO ACTUAL (ONLINE)	DIREITO	A1
44	1980-5314	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE)	DIREITO	A1
45	1678-4464	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	DIREITO	A1
46	0102-311X	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP. IMPRESSO)	DIREITO	A1
47	2175-0173	CADERNOS DO CEOM	DIREITO	A1
48	1517-2422	CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP)	DIREITO	A1
49	1809-4449	CADERNOS PAGU	DIREITO	A1
50	1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)	DIREITO	A1
51	0841-8209	CANADIAN JOURNAL OF LAW & JURISPRUDENCE (IMPRESSO)	DIREITO	A1
52	1923-6697	CANADIAN SOCIAL SCIENCE	DIREITO	A1
53	1540-1650	CHINESE JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW (BOULDER,	DIREITO	A1

		COLO.)		
54	1678-4561	CIÊNCIA & SAUDE COLETIVA	DIREITO	A1
55	0009-6725	CIÊNCIA E CULTURA	DIREITO	A1
56	2317-6660	CIÊNCIA E CULTURA	DIREITO	A1
57	1413-8123	CIÊNCIA E SAUDE COLETIVA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
58	2316-8374	CIVILISTICA.COM	DIREITO	A1
59	1519-6089	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)	DIREITO	A1
60	1984-7289	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)	DIREITO	A1
61	1058-4838	CLINICAL INFECTIOUS DISEASES	DIREITO	A1
62	0010-0277	COGNITION (THE HAGUE)	DIREITO	A1
63	0364-0213	COGNITIVE SCIENCE	DIREITO	A1
64	0010-1931	COLUMBIA JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW	DIREITO	A1
65	1338-130X	COMMUNICATION TODAY	DIREITO	A1
66	1556-5068	COMPARATIVE LAW EJOURNAL	DIREITO	A1
67	0267-3649	COMPUTER LAW AND SECURITY REPORT	DIREITO	A1
68	1982-0240	CONTEXTO INTERNACIONAL (ON-LINE)	DIREITO	A1
69	0010-8812	CORNELL INTERNATIONAL LAW JOURNAL	DIREITO	A1
70	0925-4994	CRIME, LAW AND SOCIAL CHANGE (PRINT)	DIREITO	A1
71	2193-7680	CRIME SCIENCE	DIREITO	A1
72	2014-3753	CRITICA PENAL Y PODER	DIREITO	A1
73	1364-8535	CRITICAL CARE (LONDON. PRINT)	DIREITO	A1
74	2011-0324	CS	DIREITO	A1
75	1405-9193	CUESTIONES CONSTITUCIONALES: REVISTA MEXICANA DE DERECHO CONSTITUCIONAL	DIREITO	A1
76	1678-4588	DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	DIREITO	A1
77	0011-5258	DADOS (RIO DE JANEIRO. IMPRESSO)	DIREITO	A1
78	0011-5266	DAEDALUS (CAMBRIDGE)	DIREITO	A1
79	0188-9478	DEBATE FEMINISTA	DIREITO	A1
80	0121-0483	DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGIA	DIREITO	A1
81	0251-3420	DERECHO PUCP	DIREITO	A1
82	2305-2546	DERECHO PUCP	DIREITO	A1
83	1982-1921	DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA	DIREITO	A1
84	2318-8863	DISCURSO	DIREITO	A1
85	0103-328X	DISCURSO - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA FFLCH DA USP	DIREITO	A1
86	2179-7412	DOIS PONTOS (UFPR) DIGITAL	DIREITO	A1
87	1980-5799	DOMÍNIOS DE LINGU@GEM	DIREITO	A1
88	0214-8676	DOXA (ALICANTE)	DIREITO	A1
89	0769-3362	DROIT ET SOCIÉTÉ (PARIS. 1985)	DIREITO	A1
90	2509-9434	EARTH SYSTEMS AND ENVIRONMENT	DIREITO	A1
91	0921-8009	ECOLOGICAL ECONOMICS (AMSTERDAM)	DIREITO	A1
92	1849-7535	ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT	DIREITO	A1
93	0264-9993	ECONOMIC MODELLING	DIREITO	A1
94	2212-0416	ECOSYSTEM SERVICES	DIREITO	A1
95	1678-4626	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	DIREITO	A1
96	1517-9702	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP.IMPRESSO)	DIREITO	A1
97	2175-6236	EDUCAÇÃO E REALIDADE	DIREITO	A1
98	1981-2582	EDUCAÇÃO (PUCRS)	DIREITO	A1
99	1676-2592	EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL	DIREITO	A1
100	1984-0411	EDUCAR EM REVISTA	DIREITO	A1
101	0104-4060	EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
102	1533-1296	ELECTION LAW JOURNAL	DIREITO	A1
103	0301-4215	ENERGY POLICY	DIREITO	A1
104	0195-9255	ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENT REVIEW	DIREITO	A1
105	1809-046X	ESTAÇÃO CIENTÍFICA (FESJF. ONLINE)	DIREITO	A1
106	0718-0195	ESTUDIOS CONSTITUCIONALES	DIREITO	A1
107	0124-0579	ESTUDIOS SOCIO-JURIDICOS	DIREITO	A1
108	0103-4014	ESTUDOS AVANÇADOS (USP)	DIREITO	A1
109	1806-9592	ESTUDOS AVANÇADOS (USP)	DIREITO	A1
110	1982-0275	ESTUDOS DE PSICOLOGIA	DIREITO	A1
111	2176-1078	ESTUDOS DE RELIGIÃO	DIREITO	A1
112	1980-5357	ESTUDOS ECONÔMICOS	DIREITO	A1
113	0104-026X	ESTUDOS FEMINISTAS	DIREITO	A1
114	1806-9584	ESTUDOS FEMINISTAS	DIREITO	A1
115	2178-1494	ESTUDOS HISTÓRICOS	DIREITO	A1

116	1566-7529	EUROPEAN BUSINESS ORGANIZATION LAW REVIEW	DIREITO	A1
117	1477-3708	EUROPEAN JOURNAL OF CRIMINOLOGY (PRINT)	DIREITO	A1
118	0959-6801	EUROPEAN JOURNAL OF INDUSTRIAL RELATIONS	DIREITO	A1
119	1619-7070	EUROPEAN JOURNAL OF NUCLEAR MEDICINE AND MOLECULAR IMAGING (PRINT)	DIREITO	A1
120	1101-1262	EUROPEAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH	DIREITO	A1
121	0046-2772	EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY (PRINT)	DIREITO	A1
122	1368-4310	EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL THEORY	DIREITO	A1
123	1351-5993	EUROPEAN LAW JOURNAL (PRINT)	DIREITO	A1
124	0014-3138	EUROPEAN TAXATION	DIREITO	A1
125	1980-5934	FILOSOFIA AURORA	DIREITO	A1
126	1460-9819	FORCED MIGRATION REVIEW	DIREITO	A1
127	1664-1078	FRONTIERS IN PSYCHOLOGY	DIREITO	A1
128	1415-7543	GEO UERJ	DIREITO	A1
129	1981-9021	GEO UERJ (2007)	DIREITO	A1
130	1550-5200	GEORGETOWN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW	DIREITO	A1
131	2071-8322	GERMAN LAW JOURNAL	DIREITO	A1
132	2045-3817	GLOBAL CONSTITUTIONALISM	DIREITO	A1
133	2249-460X	GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE	DIREITO	A1
134	0017-8322	HASTINGS LAW JOURNAL	DIREITO	A1
135	2150-4113	HEALTH AND HUMAN RIGHTS JOURNAL	DIREITO	A1
136	1576-4729	HISTORIA CONSTITUCIONAL (OVIEDO)	DIREITO	A1
137	2236-3459	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	DIREITO	A1
138	1414-3518	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UFPEL)	DIREITO	A1
139	1980-4369	HISTORIA (SAO PAULO)	DIREITO	A1
140	2236-1782	HISTORIA UNISINOS	DIREITO	A1
141	1807-1600	HOLOS (NATAL. ONLINE)	DIREITO	A1
142	2175-5841	HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE)	DIREITO	A1
143	1679-9267	HÖRUS (FAESO)	DIREITO	A1
144	1461-7781	HUMAN RIGHTS LAW REVIEW	DIREITO	A1
145	1980-1726	HYGEIA : REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE (UBERLÂNDIA)	DIREITO	A1
146	1089-7801	IEEE INTERNET COMPUTING	DIREITO	A1
147	1556-6013	IEEE TRANSACTIONS ON INFORMATION FORENSICS AND SECURITY	DIREITO	A1
148	0018-9855	IIC. INTERNATIONAL REVIEW OF INDUSTRIAL PROPERTY AND COPYRIGHT LAW	DIREITO	A1
149	1973-8145	IL MULINO	DIREITO	A1
150	0019-6665	INDIANA LAW JOURNAL (BLOOMINGTON)	DIREITO	A1
151	1570-1255	INFORMATION POLITY	DIREITO	A1
152	1471-6895	INTERNATIONAL & COMPARATIVE LAW QUARTERLY	DIREITO	A1
153	0969-5931	INTERNATIONAL BUSINESS REVIEW	DIREITO	A1
154	1871-9740	INTERNATIONAL COMMUNITY LAW REVIEW (PRINT)	DIREITO	A1
155	2202-8005	INTERNATIONAL JOURNAL FOR CRIME, JUSTICE AND SOCIAL DEMOCRACY	DIREITO	A1
156	0952-8059	INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW	DIREITO	A1
157	1572-8722	INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW - REVUE INTERNATIONALE DE SÉMIOTIQUE JURIDIQUE (ONLINE)	DIREITO	A1
158	1474-2640	INTERNATIONAL JOURNAL OF CONSTITUTIONAL LAW (PRINT)	DIREITO	A1
159	1364-2987	INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RIGHTS	DIREITO	A1
160	0953-8186	INTERNATIONAL JOURNAL OF REFUGEE LAW	DIREITO	A1
161	1752-7716	INTERNATIONAL JOURNAL OF TRANSITIONAL JUSTICE (PRINT)	DIREITO	A1
162	1468-2435	INTERNATIONAL MIGRATION	DIREITO	A1
163	0020-7985	INTERNATIONAL MIGRATION (GENEVA. PRINT)	DIREITO	A1
164	0269-7580	INTERNATIONAL REVIEW OF VICTIMOLOGY	DIREITO	A1
165	2197-6775	INTERNET POLICY REVIEW	DIREITO	A1
166	0165-2826	INTERTAX (DEVENTER)	DIREITO	A1
167	1995-2929	IUS ET VERITAS	DIREITO	A1
168	1857-9760	JOURNAL OF LIBERTY AND INTERNATIONAL AFFAIRS	DIREITO	A1
169	1499-691X	JOURNAL OF APPLIED BUSINESS AND ECONOMICS	DIREITO	A1
170	0959-6526	JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION	DIREITO	A1

171	2068-0317	JOURNAL OF COMPARATIVE RESEARCH IN ANTHROPOLOGY AND SOCIOLOGY	DIREITO	A1
172	0168-7034	JOURNAL OF CONSUMER POLICY	DIREITO	A1
173	1573-0700	JOURNAL OF CONSUMER POLICY (DORDRECHT ONLINE)	DIREITO	A1
174	0022-0388	JOURNAL OF DEVELOPMENT STUDIES	DIREITO	A1
175	0167-2681	JOURNAL OF ECONOMIC BEHAVIOR & ORGANIZATION	DIREITO	A1
176	0165-1889	JOURNAL OF ECONOMIC DYNAMICS & CONTROL	DIREITO	A1
177	0927-5398	JOURNAL OF EMPIRICAL FINANCE	DIREITO	A1
178	0378-8741	JOURNAL OF ETHNOPHARMACOLOGY	DIREITO	A1
179	1753-318X	JOURNAL OF FLOOD RISK MANAGEMENT	DIREITO	A1
180	2041-4099	JOURNAL OF HELLENIC STUDIES	DIREITO	A1
181	1475-4835	JOURNAL OF HUMAN RIGHTS (PRINT)	DIREITO	A1
182	2040-3593	JOURNAL OF INTERNATIONAL DISPUTE SETTLEMENT	DIREITO	A1
183	2164-6570	JOURNAL OF LAW AND COURTS	DIREITO	A1
184	0022-2585	JOURNAL OF MEDICAL ENTOMOLOGY	DIREITO	A1
185	0306-6800	JOURNAL OF MEDICAL ETHICS	DIREITO	A1
186	0743-0167	JOURNAL OF RURAL STUDIES	DIREITO	A1
187	1388-199X	JOURNAL OF THE HISTORY OF INTERNATIONAL LAW (PRINT)	DIREITO	A1
188	1754-9957	JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW AND BUSINESS (PRINT)	DIREITO	A1
189	2040-3321	JURISPRUDENCE: AN INTERNATIONAL JOURNAL OF LEGAL AND POLITICAL THOUGHT	DIREITO	A1
190	1413-7038	JUSTIÇA DO DIREITO (UPF)	DIREITO	A1
191	2211-9132	KIDNEY RESEARCH AND CLINICAL PRACTICE	DIREITO	A1
192	0100-512X	KRITERION: REVISTA DE FILOSOFIA	DIREITO	A1
193	0023-4834	KRITISCHE JUSTIZ	DIREITO	A1
194	2264-119X	LA REVUE DES DROITS DE L'HOMME	DIREITO	A1
195	0140-6736	LANCET (BRITISH EDITION)	DIREITO	A1
196	1744-2222	LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ETHNIC STUDIES (PRINT)	DIREITO	A1
197	0897-6546	LAW & SOCIAL INQUIRY	DIREITO	A1
198	0957-8536	LAW AND CRITIQUE	DIREITO	A1
199	1743-8721	LAW, CULTURE AND THE HUMANITIES	DIREITO	A1
200	0922-1565	LEIDEN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW	DIREITO	A1
201	1807-0175	LUA NOVA - REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA (ON-LINE)	DIREITO	A1
202	0102-6445	LUA NOVA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
203	0025-1747	MANAGEMENT DECISION	DIREITO	A1
204	0308-597X	MARINE POLICY	DIREITO	A1
205	1984-2201	MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)	DIREITO	A1
206	0026-2234	MICHIGAN LAW REVIEW	DIREITO	A1
207	2574-1314	MIGRATION AND SOCIETY	DIREITO	A1
208	0268-1064	MIND & LANGUAGE (PRINT)	DIREITO	A1
209	2398-9629	NATURE SUSTAINABILITY	DIREITO	A1
210	0165-070X	NETHERLANDS INTERNATIONAL LAW REVIEW (PRINT)	DIREITO	A1
211	0028-6060	NEW LEFT REVIEW	DIREITO	A1
212	1807-3840	NÔMOS (FORTALEZA)	DIREITO	A1
213	0029-4624	NOUS (BLOOMINGTON, INDIANA)	DIREITO	A1
214	0101-3300	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (IMPRESSO)	DIREITO	A1
215	1980-5403	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (ONLINE)	DIREITO	A1
216	2175-0491	NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (ONLINE)	DIREITO	A1
217	2500-8692	NOVUM JUS	DIREITO	A1
218	0251-3552	NUEVA SOCIEDAD	DIREITO	A1
219	2011-4540	NUEVO DERECHO	DIREITO	A1
220	2238-9091	O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE)	DIREITO	A1
221	2079-5971	ONATI SOCIO - LEGAL SERIES	DIREITO	A1
222	1807-0191	OPINIAO PUBLICA	DIREITO	A1
223	2334-3745	PERSPECTIVES ON TERRORISM	DIREITO	A1
224	2409-9287	PHILOSOPHIES	DIREITO	A1
225	0191-4537	PHILOSOPHY & SOCIAL CRITICISM	DIREITO	A1
226	0378-4371	PHYSICA. A (PRINT)	DIREITO	A1
227	1932-6203	PLOS ONE	DIREITO	A1
228	2007-4387	PROBLEMA. ANUARIO DE FILOSOFIA Y TEORÍA DEL DERECHO	DIREITO	A1
229	2176-2767	PROJETO HISTÓRIA. REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DE HISTÓRIA	DIREITO	A1
230	0103-7307	PRO-POSIÇÕES (UNICAMP. IMPRESSO)	DIREITO	A1
231	1983-3288	PSYCHOLOGY & NEUROSCIENCE (ONLINE)	DIREITO	A1

232	1478-0887	QUALITATIVE RESEARCH IN PSYCHOLOGY (PRINT)	DIREITO	A1
233	2177-2738	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRAFICO EM ANALISE	DIREITO	A1
234	2595-3257	RATIO JURIS	DIREITO	A1
235	1794-6638	RATIO JURIS ¿ UNIVERSIDAD AUTÓNOMA LATINOAMERICANA	DIREITO	A1
236	0952-1917	RATIO JURIS (PRINT)	DIREITO	A1
237	1619-4993	RECHTSGESCHICHTE (FRANKFURT)	DIREITO	A1
238	2364-1355	RECHTSPHILOSOPHIE	DIREITO	A1
239	0034-1398	RECHTSTHEORIE	DIREITO	A1
240	1982-6745	REDES REVISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DIREITO	A1
241	1699-3950	RELACIONES INTERNACIONALES (MADRID)	DIREITO	A1
242	1364-0321	RENEWABLE & SUSTAINABLE ENERGY REVIEWS	DIREITO	A1
243	1742-4755	REPRODUCTIVE HEALTH	DIREITO	A1
244	1878-5166	REVIEW OF PHILOSOPHY AND PSYCHOLOGY	DIREITO	A1
245	2448-0460	REVISTA BRASILEIRA DE ASSUNTOS REGIONAIS E URBANOS (BARU)	DIREITO	A1
246	2178-4884	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLITICA	DIREITO	A1
247	0103-3352	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLITICA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
248	0102-6909	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)	DIREITO	A1
249	1806-9053	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)	DIREITO	A1
250	1806-1117	REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
251	0102-3098	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (IMPRESSO)	DIREITO	A1
252	2176-6681	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP- INEP	DIREITO	A1
253	2359-5736	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS	DIREITO	A1
254	0034-7191	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLITICOS	DIREITO	A1
255	2317-1529	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS	DIREITO	A1
256	1517-4115	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR)	DIREITO	A1
257	1809-239X	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DIREITO	A1
258	2238-0094	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	DIREITO	A1
259	1983-3121	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (ONLINE)	DIREITO	A1
260	2014-038X	REVISTA CATALANA DE DRET AMBIENTAL	DIREITO	A1
261	2236-7284	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR	DIREITO	A1
262	0104-3315	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFPR)	DIREITO	A1
263	1578-4282	REVISTA DE ANTROPOLOGIA EXPERIMENTAL	DIREITO	A1
264	1886-5887	REVISTA DE BIOETICA Y DERECHO	DIREITO	A1
265	0034-7914	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGIA	DIREITO	A1
266	1132-9955	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGIA	DIREITO	A1
267	0123-4366	REVISTA DE DERECHO PRIVADO (BOGOTA, 1998)	DIREITO	A1
268	0719-5249	REVISTA DE DERECHO PUBLICO	DIREITO	A1
269	0034-8007	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	DIREITO	A1
270	2238-5177	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	DIREITO	A1
271	2526-8120	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA	DIREITO	A1
272	1413-1439	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	DIREITO	A1
273	1415-7705	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	DIREITO	A1
274	2175-6058	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	DIREITO	A1
275	1980-7864	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (FDV)	DIREITO	A1
276	0101-3157	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO)	DIREITO	A1
277	1809-4538	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (ONLINE)	DIREITO	A1
278	0123-885X	REVISTA DE ESTUDIOS SOCIALES (EN LINEA)	DIREITO	A1
279	1676-8698	REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS	DIREITO	A1
280	2316-9141	REVISTA DE HISTÓRIA	DIREITO	A1
281	2301-0665	REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO	DIREITO	A1
282	2178-2865	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA	DIREITO	A1
283	0104-8740	REVISTA DE POLÍTICAS PUBLICAS (UFMA)	DIREITO	A1
284	0100-1981	REVISTA DE PROCESSO	DIREITO	A1
285	1678-9873	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA	DIREITO	A1
286	0104-4478	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (UFPR. IMPRESSO)	DIREITO	A1
287	1981-416X	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	DIREITO	A1
288	2179-8966	REVISTA DIREITO E PRAXIS	DIREITO	A1
289	1808-2432	REVISTA DIREITO GV	DIREITO	A1

290	2317-6172	REVISTA DIREITO GV (ONLINE)	DIREITO	A1
291	1806-8200	REVISTA DIREITO PÚBLICO	DIREITO	A1
292	2236-1766	REVISTA DIREITO PÚBLICO (ONLINE)	DIREITO	A1
293	2237-2261	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	DIREITO	A1
294	1692-5858	REVISTA ENCUENTROS	DIREITO	A1
295	1696-9650	REVISTA GENERAL DE DERECHO ADMINISTRATIVO	DIREITO	A1
296	1698-1189	REVISTA GENERAL DE DERECHO PENAL	DIREITO	A1
297	1982-5587	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	DIREITO	A1
298	2236-3645	REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	DIREITO	A1
299	2238-3212	REVISTA JUSTIÇA DO DIREITO	DIREITO	A1
300	1982-0259	REVISTA KATALYSIS	DIREITO	A1
301	1806-6755	REVISTA NERA (UNESP)	DIREITO	A1
302	0719-5885	REVISTA PEDAGOGÍA UNIVERSITARIA Y DIDÁCTICA DEL DERECHO	DIREITO	A1
303	0870-5283	REVISTA PORTUGUESA DE FILOSOFIA	DIREITO	A1
304	1980-5462	REVISTA SOCIEDADE E ESTADO	DIREITO	A1
305	0035-3086	REVUE GÉNÉRALE DE DROIT	DIREITO	A1
306	1953-8111	REVUE INTERNATIONALE DE DROIT COMPARE	DIREITO	A1
307	1129-2113	RIVISTA DELLA COOPERAZIONE GIURIDICA INTERNAZIONALE	DIREITO	A1
308	0035-6182	RIVISTA DI DIRITTO PROCESSUALE	DIREITO	A1
309	0391-1896	RIVISTA TRIMESTRALE DI DIRITTO E PROCEDURA CIVILE	DIREITO	A1
310	2076-4650	SCIENTIFIC REVIEW. SERIES 1. ECONOMICS AND LAW	DIREITO	A1
311	2177-7055	SEQUENCIA	DIREITO	A1
312	0101-9562	SEQUÊNCIA (UFSC)	DIREITO	A1
313	1948-5506	SOCIAL PSYCHOLOGICAL AND PERSONALITY SCIENCE	DIREITO	A1
314	0277-9536	SOCIAL SCIENCE & MEDICINE (1982)	DIREITO	A1
315	1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE)	DIREITO	A1
316	0102-6992	SOCIEDADE E ESTADO (UNB. IMPRESSO)	DIREITO	A1
317	1807-0337	SOCIOLOGIAS (UFRGS)	DIREITO	A1
318	2695-2718	SOSTENIBILIDAD	DIREITO	A1
319	0132-0769	SOVETSKOE GOSUDARSTVO I PRAVO	DIREITO	A1
320	1971-8543	STATO, CHIESE E PLURALISMO CONFESIONALE	DIREITO	A1
321	0160-791X	TECHNOLOGY IN SOCIETY	DIREITO	A1
322	2175-1803	TEMPO E ARGUMENTO	DIREITO	A1
323	1413-7704	TEMPO. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFF	DIREITO	A1
324	1809-4554	TEMPO SOCIAL (ONLINE)	DIREITO	A1
325	0103-2070	TEMPO SOCIAL (USP. IMPRESSO)	DIREITO	A1
326	1677-9509	TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE)	DIREITO	A1
327	0738-4602	THE AI MAGAZINE	DIREITO	A1
328	0016-8076	THE GEORGE WASHINGTON LAW REVIEW	DIREITO	A1
329	1741-0401	THE INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTIVITY AND PERFORMANCE MANAGEMENT	DIREITO	A1
330	0360-795X	THE JOURNAL OF CORPORATION LAW	DIREITO	A1
331	1943-3867	THE LAW AND DEVELOPMENT REVIEW	DIREITO	A1
332	2050-8840	THEORY AND PRACTICE OF LEGISLATION	DIREITO	A1
333	2161-2234	THOUGHT: A JOURNAL OF PHILOSOPHY	DIREITO	A1
334	0101-3173	TRANS/FORM/AÇÃO (UNESP. MARÍLIA. IMPRESSO)	DIREITO	A1
335	1538-9979	TULSA LAW REVIEW	DIREITO	A1
336	2327-4514	UC IRVINE LAW REVIEW	DIREITO	A1
337	0042-0220	UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL	DIREITO	A1
338	2175-3369	URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA	DIREITO	A1
339	0957-1787	UTILITIES POLICY	DIREITO	A1
340	2179-8699	VEREDAS DO DIREITO	DIREITO	A1
341	1806-3845	VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE)	DIREITO	A1
342	1981-061X	VERINOTIO (BELO HORIZONTE)	DIREITO	A1
343	1984-6746	VERITAS ONLINE	DIREITO	A1
344	0042-3955	VERITAS (PORTO ALEGRE. IMPRESSO)	DIREITO	A1
345	1492-8442	VERTIGO: LA REVUE ELECTRONIQUE EN SCIENCES DE L'ENVIRONNEMENT	DIREITO	A1
346	1809-4341	VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)	DIREITO	A1
347	0043-003X	WAKE FOREST LAW REVIEW	DIREITO	A1
348	1081-549X	WILLIAM & MARY JOURNAL OF WOMEN AND THE LAW	DIREITO	A1
349	0741-9457	YALE JOURNAL ON REGULATION	DIREITO	A1

350	0930-861X	ZEITSCHRIFT FUR AUSLANDISCHES UND INTERNATIONALES ARBEITS- UND SOZIALRECHT	DIREITO	A1
351	1612-703X	ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESAMTE STRAFRECHTSWISSENSCHAFT	DIREITO	A1
352	1125-1155	ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESAMTE STRAFRECHTSWISSENSCHAFT	DIREITO	A1
353	0084-5310	ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESAMTE STRAFRECHTSWISSENSCHAFT - THE GRUYTER	DIREITO	A1

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

APÊNDICE B – Títulos dos periódicos selecionados nacionais com foco em Direito - Qualis A1 (2017-2020)

Nº	ISSN	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ACESSO
1	2316-8374	CIVILISTICA.COM	UFRJ	Livre
2	1982-1921	DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA	PUC-RGS	Ed. Fórum
3	1807-3840	NOMOS (FORTALEZA)	PPGD/UFC	Livre
4	2175-0491	NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (ONLINE)	UNIVALI	Livre
5	2595-3257	RATIO JURIS	FDSM	Livre
6	2359-5736	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS	UFMG	Livre
7	2236-7284	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR	UFPR	Livre
8	0034-8007	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	FGV	Livre
9	2526-8120	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA	RT/ THOMPSON	Livre
10	1413-1439	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	RT /THOMPSON	Livre
11	1415-7705	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	BPDC	Livre
12	2175-6058	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	FAC. DIREITO VITÓRIA	Livre
13	1676-8698	REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS	PUC RS	Livre
14	0100-1981	REVISTA DE PROCESSO	RT/THOMPS OM	Livre
15	2179-8966	REVISTA DIREITO E PRÁXIS	PPGDir UERJ	Livre
16	2317-6172	REVISTA DIREITO GV (ONLINE)		Comercial
17	1806-8200	REVISTA DIREITO PÚBLICO	PPGDC/Insti tuto Brasileiro de Ensino	Livre
18	2237-2261	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO DA UFAL	PPGD/ UFAL	Livre
19	2236-3645	REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	C E J - Presidência da República	Livre
20	2238-3212	REVISTA JUSTIÇA DO DIREITO	UFPasso Fundo	Livre
21	0101-9562	SEQUÊNCIA (UFSC)	UFSC	Livre
22	1806-3845	VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE)	PGD - ENSINO SUPERIOR DOM HELDER CÂMERA - ESDHC	Livre

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE C – Autores mais produtivos nos periódicos selecionados
Qualis A1 (2017-2020)**

	NOME	QUANTIDADE DE ARTIGOS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL
01	Gabrielle Bezerra Sales Sarlet	8	0,34%
02	Ingo Wolfgang Sarlet	7	0,30%
03	Augusto Jobim do Amaral	6	0,25%
04	José Sérgio da Silva Cristóvam	6	0,25%
05	Lenio Luiz Streck	6	0,25%
06	Maiquel Angelo Dezordi Wermuth	6	0,25%
07	Rogério Gesta Leal	6	0,25%
08	Sérgio Guerra	6	0,25%
09	Wilson Engelmann	6	0,25%
10	Celso Antonio Pacheco Fiorillo	5	0,21%
11	Denise Lucena Cavalcante	5	0,21%
12	Dhyego Câmara de Araujo	5	0,21%
13	Floriano de Azevedo Marques Neto	5	0,21%
14	Grace Ladeira Garbaccio	5	0,21%
15	José Adércio Leite Sampaio	5	0,21%
16	José Luis Bolzan de Moraes	5	0,21%
17	José Rodrigo Rodriguez	5	0,21%
18	Leonardo Monteiro Crespo de Almeida	5	0,21%
19	Magno Federici Gomes	5	0,21%
20	Renata Marques Ferreira	5	0,21%
21	Alejandro Gabriel Manzo	4	0,17%
22	Antonio Eduardo Ramires Santoro	4	0,17%
23	Charlise Paula Colet Gimenez	4	0,17%
24	Danielle Anne Pamplona	4	0,17%
25	Diego Poole Derqui	4	0,17%
26	Emerson Gabardo	4	0,17%
27	Fernando de Brito Alves	4	0,17%
28	Isabelly Cysne Augusto Maia	4	0,17%
29	Joice Graciele Nielsson	4	0,17%

30	José Eduardo Sabo Paes	4	0,17%
31	Juliana Bonacorsi de Palma	4	0,17%
32	Leonel Severo Rocha	4	0,17%
33	Luís Renato Vedovato	4	0,17%
34	Luiz Henrique Urquhart Cademartori	4	0,17%
35	Marília de Nardin Budó	4	0,17%
36	Mônia Clarissa Hennig Leal	4	0,17%
37	Natércia Sampaio Siqueira	4	0,17%
38	Renata Albuquerque Lima	4	0,17%
39	Rosane Leal da Silva	4	0,17%
40	Sandra Regina Martini	4	0,17%
41	Vinicius Gomes de Vasconcellos	4	0,17%
42	Alexandre Aroeira Salles	3	0,13%
43	Alexandre Coutinho Pagliarini	3	0,13%
44	Alexandre de Castro Coura	3	0,13%
45	Ana Gabriela Mendes Braga	3	0,13%
46	Anderson Vichinkeski Teixeira	3	0,13%
47	André Folloni	3	0,13%
48	André Soares Oliveira	3	0,13%
49	Anna Silvia Bruno	3	0,13%
50	Anselmo Laghi Laranja	3	0,13%
51	Antonio Bazilio Floriani Neto	3	0,13%
52	Antonio Carlos Wolkmer	3	0,13%
53	Átila de Alencar Araripe Magalhães	3	0,13%
54	Bruno Amaral Machado	3	0,13%
55	Carlos Alberto Molinaro	3	0,13%
56	Carlos Ari Sundfeld	3	0,13%
57	Carmen Hein De Campos	3	0,13%
58	Cary Coglianese	3	0,13%
59	Cynara Monteiro Mariano	3	0,13%
60	Daniel Barille da Silveira	3	0,13%
61	Daury Cesar Fabriz	3	0,13%
62	Denise Schmitt Siqueira Garcia	3	0,13%

63	Deo Campos Dutra	3	0,13%
64	Edilson Vitorelli Matheus Rodrigues Oliveira	3	0,13%
65	Eduardo Biacchi Gomes	3	0,13%
66	Eduardo Rocha Dias	3	0,13%
67	Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	3	0,13%
68	Emerson Affonso da Costa Moura	3	0,13%
69	Everton das Neves Gonçalves	3	0,13%
70	Fabiana Marion Spengler	3	0,13%
71	Fabiola Wust Zibetti	3	0,13%
72	Fausto Santos de Morais	3	0,13%
73	Felipe Araújo Castro	3	0,13%
74	Felipe Dutra Asensi	3	0,13%
75	Flávia Danielle Santiago Lima	3	0,13%
76	Gabriel Heller	3	0,13%
77	Gianluca Andresani	3	0,13%
78	Haide Maria Hupffer	3	0,13%
79	Heloise Siqueira Garcia	3	0,13%
80	Hendrick Pinheiro	3	0,13%
81	Irineu Francisco Barreto Junior	3	0,13%
82	Ivar Alberto Martins Hartmann	3	0,13%
83	Jean-François Yves Deluchey	3	0,13%
84	João Martins Bertaso	3	0,13%
85	João Paulo Bachur	3	0,13%
86	João Ricardo Catarino	3	0,13%
87	José Antônio Peres Gediel	3	0,13%
88	Jose Mario Wanderley Gomes Neto	3	0,13%
89	Josué Mastrodi	3	0,13%
90	Juarez Freitas	3	0,13%
91	Júlio Edstron Secundino Santos	3	0,13%
92	Katya Kozicki	3	0,13%
93	Líliá Maia de Morais Sales	3	0,13%
94	Lucas Borges de Carvalho	3	0,13%
95	Luciane Klein Vieira	3	0,13%

96	Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	3	0,13%
97	Marcelo Dias Varella	3	0,13%
98	Márcio Ricardo Staffen	3	0,13%
99	Marco Antônio César Villatore	3	0,13%
100	Marcos Leite Garcia	3	0,13%
101	Maria Beatriz Oliveira da Silva	3	0,13%
102	Mateus de Oliveira Fornasier	3	0,13%
103	Matheus Felipe de Castro	3	0,13%
104	Natalina Stamile	3	0,13%
105	Nelson Camatta Moreira	3	0,13%
106	Oksandro Osdival Gonçalves	3	0,13%
107	Rafael de Oliveira Costa	3	0,13%
108	Raquel Coelho de Freitas	3	0,13%
109	Rosângela Angelin	3	0,13%
110	Salete Oro Boff	3	0,13%
111	Saulo de Oliveira Pinto Coelho	3	0,13%
112	Silvio Beltramelli Neto	3	0,13%
113	Taciana Damo Cervi	3	0,13%
114	Tarin Cristino Frota Mont'alverne	3	0,13%
115	Valter Moura do Carmo	3	0,13%
116	Vicente de Paulo Barretto	3	0,13%
117	Vitor Bartoletti Sartori	3	0,13%
118	Walter Guandalini Junior	3	0,13%
	TOTAL	427	18,28%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

APÊNDICE D – Palavras-chave mais recorrentes nos artigos pesquisados com frequência igual ou superior a 5 vezes

Nº	PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA	FREQUÊNCIA (em percentual)
1	Direitos humanos	63	1,14%
2	Direitos fundamentais	56	1,01%
3	Democracia	53	0,96%
4	Supremo Tribunal Federal (STF)	35	0,63%
5	Covid-19	30	0,54%
6	Direito	28	0,51%
7	Constitucionalismo	20	0,36%
8	Corrupção	20	0,36%
9	Constituição	19	0,34%
10	Liberdade de expressão	19	0,34%
11	Políticas Públicas	19	0,34%
12	Direito constitucional	19	0,34%
13	Regulação	17	0,31%
14	Pandemia	16	0,29%
15	Segurança jurídica	16	0,29%
16	Acesso à Justiça	15	0,27%
17	Direito Administrativo	15	0,27%
18	Dignidade da pessoa humana	14	0,25%
19	Desenvolvimento	13	0,24%
20	Direito comparado	13	0,24%
21	Administração Pública	12	0,22%
22	Ativismo judicial	12	0,22%
23	Biopolítica	12	0,22%
24	Cidadania	12	0,22%
25	Estado	12	0,22%
26	Brasil	11	0,20%
27	Direito à Saúde	11	0,20%
28	Eficiência	11	0,20%
29	Hermenêutica	11	0,20%
30	História do Direito	11	0,20%
31	Justiça	11	0,20%
32	Poder Judiciário	11	0,20%
33	Processo penal	11	0,20%
34	Análise econômica do direito	10	0,18%
35	Controle de constitucionalidade	10	0,18%
36	Criminologia crítica	10	0,18%
37	Judicialização	10	0,18%
38	Jurisdição Constitucional	10	0,18%
39	Neoliberalismo	10	0,18%
40	Proteção de dados	10	0,18%

41	administrative law	9	0,16%
42	análise econômica do direito	9	0,16%
43	bioética	9	0,16%
44	criminologia crítica	9	0,16%
45	estado de direito	9	0,16%
47	gênero	9	0,16%
48	política	9	0,16%
49	racismo	9	0,16%
50	sustentabilidade	9	0,16%
51	autonomia	8	0,14%
52	big data	8	0,14%
53	controle de constitucionalidade	8	0,14%
54	direito do trabalho	8	0,14%
55	direito internacional	8	0,14%
56	federalismo	8	0,14%
57	globalização	8	0,14%
58	igualdade	8	0,14%
59	judiciário	8	0,14%
60	jurisprudência	8	0,14%
61	justiça de transição	8	0,14%
62	legitimidade	8	0,14%
63	poder	8	0,14%
64	privacidade	8	0,14%
65	responsabilidade civil	8	0,14%
66	trabalho	8	0,14%
67	transparência	8	0,14%
68	tributação	8	0,14%
69	américa latina	7	0,12%
70	dignidade humana	7	0,12%
71	efetividade	7	0,12%
72	fake news	7	0,12%
73	inteligência artificial	7	0,12%
74	interesse público	7	0,12%
75	internet	7	0,12%
76	multiculturalismo	7	0,12%
77	novas tecnologias	7	0,12%
78	povos indígenas	7	0,12%
79	reforma trabalhista	7	0,12%
80	saúde	7	0,12%
81	união europeia	7	0,12%
82	capitalismo	6	0,10%
83	controle	6	0,10%
84	corte interamericana de direitos humanos	6	0,10%

85	criminologia	6	0,10%
86	desenvolvimento sustentável	6	0,10%
87	direitos sociais	6	0,10%
88	educação	6	0,10%
89	estado de exceção	6	0,10%
90	liberdade	6	0,10%
91	memória	6	0,10%
92	mercosul	6	0,10%
93	neoconstitucionalismo	6	0,10%
94	política criminal	6	0,10%
95	proporcionalidade	6	0,10%
96	proteção de dados pessoais	6	0,10%
97	sociedade da informação	6	0,10%
98	agências reguladoras	5	0,09%
99	consequencialismo	5	0,09%
100	constituição federal	5	0,09%
101	corruption	5	0,09%
102	direito à informação	5	0,09%
103	direito ambiental	5	0,09%
104	direito fundamental	5	0,09%
105	ditadura	5	0,09%
106	governança corporativa	5	0,09%
107	icms	5	0,09%
108	improbidade administrativa	5	0,09%
109	judicialização da política	5	0,09%
110	legal certainty	5	0,09%
111	liberdade religiosa	5	0,09%
112	lindb	5	0,09%
113	mediação	5	0,09%
114	metodologia	5	0,09%
115	moral	5	0,09%
116	novo código de processo civil	5	0,09%
117	pluralismo jurídico	5	0,09%
118	ponderação	5	0,09%
119	reconhecimento	5	0,09%
120	regulation	5	0,09%
121	responsabilidade	5	0,09%
122	segurança	5	0,09%
123	soberania	5	0,09%
124	teoria crítica	5	0,09%
125	terceirização	5	0,09%
126	violência	5	0,09%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.